



Índice

- 01** Justiça obriga União a demarcar terras para indígenas de MS
- 02** MPF denuncia atraso de 22 anos na demarcação de terras em Brasilândia
- 03** 7 cidades onde ter luz em casa é privilégio de poucos
- 04** Chinaglia quer Câmara com agenda nacional; Cunha fecha com ruralistas
- 05** Povo Tremembé do Ceará defendendo seu território com a própria vida
- 06** Inhapi participa da Feira dos Municípios no Centro de Convenções
- 07** Punhalada fiscal
- 08** PA – ICMBio acata MPF e garante uso de castanhais por quilombolas de Oriximiná
- 09** Daniela Alarcon: Eu concebo minha pesquisa como necessariamente entrelaçada aos projetos políticos do povo Tupinambá
- 10** Ministério Público Federal embarga desmatamento irregular no entorno da Terra Indígena Apinajé
- 11** Defensoria Pública da União chega finalmente a Altamira, 3 anos após início das obras de Belo Monte
- 12** Governo de RO vai construir escolas em aldeias indígenas
- 13** Após 24h, índios Yanomami seguem ocupando prédio de Sesai em RR
- 14** Governo não quer que ministra da Agricultura fale sobre PEC 215, da demarcação



de terras indígenas

- 15** MPF consegue na Justiça que União demarque terras indígenas e indenize fazendeiros
- 16** Distrito Indígena na Bahia inicia curso sobre tratamento de cárie
- 17** Índios protestam contra falta de assistência médica em Roraima
- 18** Conab e Incra discutem compra de sementes no Rio Grande do Norte
- 19** Ribeirinhos de Santarém recebem alevinos para iniciar criação de peixe em tanque
- 20** Colete de miriti salva vidas com fibra típica da Amazônia
- 21** Começa pré-matrícula de cursos do Pronatec Campo
- 22** Estiagem: Açude do Canto da Várzea está sem água em Pedro II
- 23** Hidrelétrica de Três Marias pode ser desligada para garantir água às comunidades locais
- 24** Campos, RJ, destina recursos para pagamento de pescadores no defeso
- 25** Vargas: Governo é contra a PEC 215 e Kátia não participa do debate
- 26** Os índios Tupinambá e a cobertura enviesada
- 27** Metodologia de criação de protocolo comunitário no Amapá é divulgada em cartilha
- 28** União deve demarcar terras indígenas no Estado
- 29** Pronatec Campo tem 35 mil vagas disponíveis para o primeiro semestre de 2015
- 30** Vergonha: "Advocacia-Geral impede paralisação de obras da usina de São Manoel no Pará"



Justiça obriga União a demarcar terras para indígenas de MS

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 19.01.2015

*Governo informou que foi intimado e que irá recorrer da decisão.
Ministro pode responder judicialmente em caso de descumprimento.*

Do G1 MS

A Justiça Federal de Mato Grosso do Sul determinou que a União demarque, no prazo de 30 dias, terras ocupadas por indígenas no estado. A decisão foi proferida em 12 de dezembro de 2014 pela 2ª Vara Federal em Dourados, a 214 km de Campo Grande, mas só foi divulgada pelo Ministério Público Federal (MPF/MS) nesta segunda-feira (19).

Ao G1, o Ministério da Justiça (MJ), por meio de sua assessoria de comunicação, informou que já foi intimado da decisão e que a Advocacia-Geral da União (AGU) no estado deve recorrer da decisão.

A disputa da área é antiga e se arrasta por vários anos. Em 2007, o MPF havia firmado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Fundação Nacional do Índio (Funai) que se comprometeu em demarcar as terras até 2009. Em 2010, a fundação enviou ao Ministério Público um novo cronograma de demarcação. Contudo, apenas um estudo antropológico foi publicado até então, o que motivou o MPF a cobrar, na Justiça, o cumprimento do TAC.

De acordo com o MPF, em caso de descumprimento, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, pode ser processado por crime de responsabilidade, além da União ter o orçamento bloqueado para garantir o pagamento aos produtores rurais.

Vulnerabilidade

Ainda conforme o Ministério Público, os indígenas vivem uma situação de vulnerabilidade. Por outro lado, os fazendeiros vivem uma sensação de insegurança jurídica, com a desvalorização das terras e dificuldade de empreender. Na assinatura do TAC, a Funai chegou a reconhecer a omissão quanto à demarcação de terras indígenas no estado.

MPF denuncia atraso de 22 anos na demarcação de terras em Brasilândia

SÍTIO CAPITAL NEWS, 19.01.2015

De acordo com informações do Ministério Público Federal (MPF), uma área de 1.937 hectares em Brasilândia, foi reconhecida como tradicionalmente indígena por uma portaria do Ministério da Justiça. No entanto, a colocação de marcos físicos nas divisas da terra, a última etapa antes da homologação da demarcação pela presidente da República, Dilma Rousseff, ainda não foi cumprida pela Funai.



Acordo com CESP garantiu pequena área para indígenas
Foto: Reprodução / MPF

"Há 22 anos a comunidade aguarda para exercer seu direito a terra. Em agosto passado, o MPF expediu recomendação à Funai para que finalizasse o procedimento demarcatório. A Fundação solicitou, por duas vezes, extensão do prazo inicial de 30 dias, no que foi atendida. Por fim, informou que a demarcação física estaria prevista para o biênio 2014/2015, mas não apresentou qualquer documento que comprovasse a afirmação. Para o Ministério Público Federal, a lentidão expõe os índios à insegurança jurídica e toda sorte de dificuldades decorrentes da não demarcação da área", disse o MPF através de assessoria.

Ainda segundo o Ministério Público Federal, todas as ações judiciais que contestavam a demarcação da área ofayé-xavante foram julgadas. O último recurso foi rejeitado pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), que reconheceu a tradicionalidade da ocupação indígena, há seis anos. "Não há, portanto, nenhum impedimento legal ou judicial para a continuação do procedimento administrativo de demarcação", destaca o MPF.

Luta

A maior parte da comunidade ofayé-xavante foi expulsa da região de Brasilândia ainda no século XIX, pelos colonos. Em 1978, o grupo remanescente foi expulso e se espalhou pelo Estado. Oito anos depois, eles retornaram para suas terras tradicionais e passaram a ocupar uma área provisória, após acordo com a Funai.

Em 1997, a Companhia Energética de São Paulo (CESP), anunciou a construção da Usina Hidrelétrica Sérgio Motta no Rio Paraná, que iria inundar a aldeia dos ofayé. A Cesp e a Funai celebraram acordo para transferir os índios para uma área de 484 hectares, a parte alta da aldeia.

Em 2002, o MPF firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a CESP, que garantiu a aquisição de uma outra área, tornando-se a parte baixa da aldeia.

Fonte: Luana Rodrigues - Capital News



Boletim de Notícias - Edição nº 10/ 2015

Brasília, 20 de janeiro de 2015.



7 cidades onde ter luz em casa é privilégio de poucos

SÍTIO EXAME.COM, 19.01.2015

São Paulo - No Brasil de hoje é impensável que pessoas ainda vivam sem energia elétrica. No entanto, segundo dados do IBGE, 1,5% dos brasileiros não têm luz em casa. Parece pouco dada a imensidão do país, mas isso significa que 2,7 milhões de pessoas - o que equivale a toda a população de Salvador (BA) - vivem no escuro.

Apenas 170 cidades brasileiras têm fornecimento de energia elétrica em todas as casas de seus moradores. Nos outros 5.394 municípios, uma parcela da população vive no escuro, segundo dados do Censo 2010 - o mais recente sobre o assunto.

A situação é pior em 7 cidades que, segundo números do IBGE, têm menos da metade de seus domicílios com fornecimento de energia elétrica. Nelas, 25.437 pessoas vivem sem luz em suas casas.

Além da falta de energia, estas 7 cidades têm em comum o fato de terem menos de 10 mil habitantes e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixo.

Uiramutã, em Roraima, é a que tem as piores condições. Na cidade, que fica nas fronteiras da Venezuela e da Guiana, 70% da população não têm luz em casa. A cidade é a que possui a maior proporção de indígenas no país.



Chinaglia quer Câmara com agenda nacional; Cunha fecha com ruralistas

SÍTIO PORTAL VERMELHO, 19.01.2015

A corrida pela Presidência da Câmara dos Deputados continua. Durante toda a última semana, o candidato Arlindo Chinaglia (PT-SP) percorreu o Nordeste, onde se reuniu com bancadas de deputados, governadores e prefeitos em busca de apoio à sua eleição.

Já o líder do PMDB, Eduardo Cunha (RJ), formalizou o apoio de lideranças das bancadas evangélica e ruralista. Integrante da Igreja Sara Nossa Terra, Cunha comprometeu-se a trabalhar por articulações contra a aprovação de projetos relacionados à criminalização da homofobia e a aprovação dos estatutos do nascituro e da família, que assegurem que a constituição de família seja formada por casais heterossexuais.

Para reforçar o coro da campanha de Cunha, entrou em cena o pastor Silas Malafaia, presidente da Assembleia de Deus Vitória em Cristo. Na campanha à Presidência da República, Malafaia manifestou seu apoio a Marina Silva, também evangélica. Agora, o pastor nada tolerante disse que resolveu manifestar-se em favor de Cunha porque o deputado Jean Wyllys (Psol-RJ), defensor das causas LGBT na Câmara, declarou que “não tem santo que me faça votar em Eduardo Cunha”.

Malafaia apoia Cunha

“Como eu tenho posições radicais contra o que ele [Wyllys] tem de ideologia, onde ele se manifesta ideologicamente com força, eu me manifesto ao contrário”, disse Malafaia.

A bancada ruralista, por sua vez, divulgou nota destacando que Cunha “abraçará as nossas causas” e, por isso, pede o voto para sua eleição. De fato, Cunha promete dar um tratamento especial à bancada ruralista com a reapresentação do projeto que transfere para o Congresso o poder de decidir sobre a demarcação das terras indígenas.

Atualmente, a demarcação é decidida pela União. Entidades dos movimentos sociais consideram tal medida um retrocesso que ameaça os direitos, principalmente da população indígena.

Efetividade das leis aprovadas

Já o deputado Arlindo Chinaglia tem se dedicado a estreitar os laços entre o campo mais progressista. “A Câmara Federal não é só para votar alterações ou novas leis e nós temos que acompanhar. Então o que eu quero é que a Casa, além de fazer votações de leis, crie grupos

CONT.



para continuar acompanhando esses temas, por exemplo, a Lei Maria da Penha e o quanto que ela diminuiu a violência ou o quanto que ela diminuiu os assassinatos?”, apontou Chinaglia.

Para o deputado, a Câmara Federal precisa ter uma agenda nacional, precisa discutir e votar os temas que interessam ao país, como economia, saúde, segurança pública, violência no trânsito, ou seja, tudo aquilo que atinge a vida do cidadão diariamente.

“A Câmara vem ano após ano se transformando apenas num espaço onde as demandas acontecem. Por isso eu defendendo que a Câmara tenha uma pauta, um programa e pelo menos um plano de trabalho. Foi o Senado, por exemplo, que nos últimos anos propôs e executou a reforma do Código Civil, está executando a reforma do Código Penal. A impressão que eu tenho ficado é que na Câmara nós, até certo ponto, nos contentamos com as circunstâncias das profissões que têm maior mobilização ou maior poder de pressão. Elas ditam a pauta da Câmara dos deputados”, salientou.

Encontro com Flávio Dino

Chinaglia fez uma visita, na quinta (15), ao governador do Maranhão Flávio Dino (PCdoB). A reunião também contou com membros da bancada maranhense no Congresso e na Assembleia Legislativa, em São Luís.

A distribuição dos royalties do petróleo foi um dos temas discutidos no encontro. “É importante para o Maranhão e tantos outros estados que essa questão seja definida. O Congresso precisa ter protagonismo para garantir melhorias aos brasileiros”, enfatizou Chinaglia. Flávio Dino reforçou que a posição do Maranhão é que a nova formação do Congresso Nacional valorize o estado.

Já a bancada do Maranhão – que é composta por Rubens Pereira Jr. (PCdoB), Victor Mendes (PV), Weverton Rocha (PDT), Waldir Maranhão (PP), Domingos Dutra (PT), Julião Amim (PDT), Deoclides Macedo (PDT), Pinto Itamaraty (PSDB) e João Castelo (PSDB) – disse que vai trabalhar para defender pautas do interesse do estado, com destaque à reforma política e tributária.

Chinaglia também esteve em Recife, capital de Pernambuco, onde se encontrou com o governador Paulo Câmara (PSB), além de parlamentares. O petista declarou ter firmado uma aliança com o também candidato Júlio Delgado (PSB-MG), para ter o apoio dele e dos partidos que o apoiam na sucessão, caso haja um segundo turno.

Nesta segunda (19), Chinaglia irá se reunir com os parlamentares do Paraná.

Eleição

A eleição para a Presidência da Câmara será dia 1º de fevereiro, com o encerramento do

CONT.



recesso legislativo. A eleição é feita a cada dois anos e é decidida por meio do voto direto dos membros das duas casas, Câmara e Senado.

Por que é importante? A Presidência da Câmara é o terceiro cargo na linha sucessória da República. Além dessa posição protocolar, o presidente tem importante papel na definição da agenda do Legislativo, já que é o presidente da Câmara que define a ordem na qual os projetos de lei serão discutidos e votados. Com um parlamento com perfil mais conservador e com um grande número de representantes do empresariado, ruralistas e ligados aos meios de comunicação, esse papel tem ainda mais relevância, já que figuram na pauta temas como reforma política, tributária e regulamentação econômica dos meios de comunicação.

Site

Além das redes sociais, o deputado Arlindo Chinaglia tem um site na internet (www.deputadochinaglia.com.br/site/) com suas propostas, notícias sobre a campanha à Presidência da Câmara e espaço para sugestões. Ele também disponibiliza um número no WhatsApp: (61) 8318.9151.

Da Redação

Com informações de agências

Povo Tremembé do Ceará defendendo seu território com a própria vida

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.01.2015



Tv Vírus

Depois de mais de 500 anos de ataque estrangeiro no nosso povo tradicional, no interior do Ceará o povo Tremembé passa por um conflito com o Empreendimento Turístico Espanhol Nova Atlântida. A empresa tenta construir em território sagrado do povo indígena Tremembé. A comunidade está disposta a proteger sua terra com a própria vida. O vídeo foi gravado no encerramento da VI Festa Tradicional do Murici e Batiputá em 2015.

[Assista ao vídeo.](#)

Inhapi participa da Feira dos Municípios no Centro de Convenções

SÍTIO TRIBUNA HOJE, 19.01.2015

Feira será realizada em Maceió entre os dias 22 a 25 de janeiro



O município de Inhapi, localizado no alto sertão de Alagoas, acerca de 270 km da capital, vai participar mais uma vez da Feira dos Municípios que será realizada em Maceió entre os dias 22 a 25 do mês em curso, no Centro de Convenções Ruth Cardoso, com apresentações de belas manifestações culturais populares, afrodescendentes e indígenas de suas comunidades.

A primeira participação do município ocorreu ainda em 2006, sendo retomada em 2014 e continuada no segundo ano da gestão do prefeito do Zé Cícero (PT/AL).

A população do município se destaca na região com sua pujante mobilização social, política e cultural, apresentando significativo desenvolvimento econômico rural e urbano. Neste contexto, por todo lado encontram-se obras concluídas e outras em andamento objetivando a ampliação da qualidade de vida dos habitantes, a exemplo do asfaltamento das principais vias do centro administrativo, sede municipal e secretarias, assistência em saúde, educação e abastecimento de água potável nas comunidades.

A história do município está ligada desde o início com a presença indígena, onde se encontra organizado o povo Koiupanká. Dentre a diversidade étnica e cultural, estão presentes também grupos populares e tradições religiosas, além das comunidades remanescentes dos quilombolas.

Durante o evento, o município de Inhapi vai apresentar o Reisado, Samba de Coco, além de encontrar no estande objetos da cultura dos vaqueiros, do carro de boi, ervas nutricionais da região e a venda de artesanato indígena.

CONT.



O diretor da escola Anselmo Bispo, aldeia Roçado, professor koiupanká Francisco João falou que vai participar da Feira dos Municípios apresentando o artesanato confeccionado por jovens indígenas, a exemplo de colares, pulseiras, brincos e miniaturas de cerâmicas. Salientou também que a escola promove a "divulgação e incentiva os jovens a fabricarem o artesanato com o objetivo reavivar e transmitir a cultura, as crenças, as danças e a história dos mais velhos".

Para o Diretor de Cultura, Márcio Barbosa, "esperamos que este evento seja uma vitrine para divulgação da cultura do nosso município e do Nordeste, onde vamos fazer contatos com outros municípios presentes e divulgar os produtos da nossa terra". E completou o secretário de Esportes e Cultura, Claudemir Moreira: "Estamos no caminho certo com o apoio do nosso prefeito, a administração está de parabéns em dar oportunidade para os grupos culturais do município".

Segundo o mestre de reisado Joaquim Francisco Cavalcante, "o grupo está bastante preparado para se apresentar na feira". E destaca ainda o apoio do prefeito no incentivo à cultura inhapiense, "pois o prefeito está de parabéns pelo trabalho que vem fazendo em nosso município".

Para o prefeito Zé Cícero, "apoiar as manifestações culturais e grupos étnicos é um compromisso da nossa gestão, porque compreendemos que incentivar a cultura é fator de desenvolvimento e crescimento social, político e econômico da nossa população e nosso município".



Punhalada fiscal

SÍTIO RESENHA ELETRÔNICA, 19.01.2015

Medidas do governo atingem os trabalhadores mais vulneráveis

CARLOS DRUMMOND

"Foi uma punhalada nas costas", resumiu Ricardo Patah, presidente da União Geral dos Trabalhadores, ao se referir às Medidas Provisórias 664 e 665, de redução de direitos trabalhistas e proteção social editadas pelo governo Dilma Rousseff no fim de dezembro. As decisões dificultam o acesso ao seguro-desemprego, ao abono salarial, à pensão por morte, ao auxílio-doença e ao seguro-defeso pago aos pescadores no período de proibição da sua atividade. A justificativa é combater fraudes e cortar 18 bilhões de reais nas despesas da União, parte do ajuste fiscal de, no mínimo, 60 bilhões definido pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, para atingir um superávit primário de 1,2% do PIB.

O anúncio do pacote em meio à demissão de 800 trabalhadores na Volkswagen e 244 na Mercedes-Benz, em São Bernardo do Campo, no período tradicional de férias dos sindicatos, chocou também pela mudança brusca da postura do governo. O diálogo com as centrais, iniciado há 12 anos durante o primeiro mandato de Lula, diminuiu desde 2010, com a posse da sua sucessora, mas a consulta prévia em relação a medidas de interesse dos trabalhadores se mantinha, com altos e baixos. "Depois da vitória nas eleições, a presidenta e o ministro-chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, nos receberam muito bem e se comprometeram a convocar novamente os dirigentes se houvesse novidades. A surpresa surgiu no dia 29, quando o ministro nos chamou, não para discutir ou ouvir, mas para anunciar o pacote. Não dá para entender", diz Patah. Na campanha, a presidenta prometeu não mexer nos direitos trabalhistas "nem que a vaca tussa".

"O pacote corrige muito pouco as fraudes e os desvios e atinge em cheio os mais frágeis. Dificulta o acesso aos benefícios principalmente para os mais jovens, menos especializados e pior remunerados, mais sujeitos à rotatividade", afirma Carmem Foro, presidente em exercício da Central Única dos Trabalhadores. Um dos dispositivos aumentará, a partir de março, de 6 para 18 meses o tempo mínimo de emprego necessário para solicitar o seguro. Entre 40% e 50% dos trabalhadores formais (49 milhões de indivíduos) são demitidos depois de seis meses a um ano de serviço e não terão acesso ao benefício, calcula a CUT. A eliminação do abono salarial prejudica os 23 milhões de remunerados com no máximo dois salários mínimos. O aumento do rigor na concessão do seguro-defeso afeta boa parte dos 600 mil pescadores artesanais do País.

A maior parte das fraudes é de simulações das condições exigidas para a aquisição de direitos. "Ninguém defende fraude, mas o seu combate deve ser por meio da definição dos benefícios e

CONT.



da fiscalização, não um corte geral que contraria as ações do governo para melhorar a distribuição de renda e reduzir a desigualdade", argumenta José Prado de Oliveira Silvestre, coordenador de relações sindicais do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. "O governo obteria resultados muito mais expressivos se tributasse fortunas, aumentasse o imposto das instituições financeiras e eliminasse o rentismo, beneficiado por transferências de recursos equivalentes a 40% do orçamento."

As decisões e a mudança de atitude do governo provocaram o repúdio das centrais e a sua união em uma jornada nacional de luta, no próximo dia 28, e uma marcha em Brasília, em 26 de fevereiro. Dias depois da reunião convocada por Mercadante, o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, declarou a intenção de modificar a fórmula de reajuste do salário mínimo. Por ordem da presidenta, recuou. "Seria uma aberração. A política do salário mínimo, recebido por 40 milhões de famílias, foi a principal sustentação das mudanças desde 2002", diz Adilson Araújo, presidente da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.

Levy contestou a definição das medidas como um "pacote de maldades". Independentemente da sua denominação, elas sucedem a um "pacote de bondades" em benefício do setor patronal, com desonerações e redução de tributos, em troca do compromisso de manter o emprego, não respeitado pelas montadoras. Ao atingir os trabalhadores, as decisões enfraquecem o mercado consumidor. "O movimento sindical teve um papel importante, mais do que na eleição de Dilma, no projeto iniciado por Lula", lembra Araújo.

As demissões não se restringem às fábricas de veículos de São Paulo, que se dizem dispostas a discutir a decisão. No Paraná, os sindicatos temem cortes na Renault e na Case New Holland. Cada emprego em montadora representa 18 postos de trabalho indiretos em outras indústrias, alerta Miguel Torres, presidente da Força Sindical. AUGT receia as consequências das dispensas no setor de revenda de veículos, com 18 mil concessionárias e 95 mil empregados.

Está marcada para a segunda-feira 19 uma reunião das centrais sindicais com Barbosa e os ministros Miguel Rossetto, da Secretaria-Geral da Presidência, e Manoel Dias, do Trabalho. Além de CUT, UGT e CTB, participarão a Força Sindical, a Central dos Sindicatos Brasileiros e a Nova Central Sindical de Trabalhadores. Os direitos foram mantidos, diz Rossetto, mas o governo conversará com os dirigentes. Será uma oportunidade de desfazer a percepção de que o ajuste fiscal seletivo significa uma opção por prejudicar os mais indefesos.

PA – ICMBio acata MPF e garante uso de castanhais por quilombolas de Oriximiná
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.01.2015

Decisão foi tomada a partir de recomendação do MPF



George Miranda, MPF/PA

Os quilombolas da Reserva Biológica do Rio Trombetas, em Oriximiná, no oeste do Pará, vão poder continuar explorando os castanhais da área. A decisão foi tomada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que acatou recomendação do Ministério Público Federal (MPF) e prorrogou um termo de compromisso que ordena o uso dos castanhais pelas comunidades quilombolas.

Para a procuradora da República Fabiana Schneider, “a assinatura do termo da castanha é, além de um compromisso assumido pelo ICMBio, um direito fundamental das comunidades que ali vivem e que possuem uma ligação centenária com o território”.

Impasse – O documento assinado pelo ICMBio deve valer até que seja apresentada uma solução de acordo com as determinações constitucionais quanto à regularização territorial da área em questão. O impasse é que, na área onde estão as comunidades quilombolas, há uma floresta nacional (Flona Saracá-Taquera), instituída muito tempo depois da ocupação territorial pelos quilombolas, e uma reserva biológica (Rebio do Rio Trombetas).

Essas áreas são reivindicadas pelos quilombolas e o MPF já entrou com várias ações judiciais para o reconhecimento da propriedade das comunidades tradicionais, mas a questão está estagnada há anos na Câmara de Conciliação da Advocacia Geral da União (AGU).

[Íntegra da recomendação.](#)

Foto: Jeso Carneiro.

Daniela Alarcon: Eu concebo minha pesquisa como necessariamente entrelaçada aos projetos políticos do povo Tupinambá

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.01.2015



A heroica luta do povo Tupinambá para reconquistar seu território no sul da Bahia está para ganhar um registro audiovisual. Em fase final de produção, a iniciativa da antropóloga Daniela Alarcon, da cinegrafista e documentarista Fernanda Ligabue e da ONG Repórter Brasil traz uma denúncia das violências de fazendeiros e agentes do Estado brasileiro.

Para sua finalização, os realizadores abririam uma conta para colaboração no site Catarse.

Reunindo depoimentos e sequências colhidas em maio de 2014 na aldeia Serra do Padeiro, no interior da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, e imagens de arquivo, o documentário apresenta a disputa fundiária em curso, recuperando elementos da história de expropriação e resistência dos Tupinambá, que se entrelaça ao avanço da fronteira agrícola, a partir do final do século XIX, e à ascensão dos coronéis de cacau.

O Le Monde Diplomatique Brasil conversou com Alarcon sobre o projeto e a realidade vivida pelo povo Tupinambá

Le Monde Diplomatique – Qual a sua relação com o a luta do povo Tupinambá?

Daniela Alarcon – Desde 2010, pesquiso junto ao povo Tupinambá, mais especificamente, junto aos indígenas que vivem na aldeia Serra do Padeiro, no extremo oeste da Terra Indígena Tupinambá de Olivença. Em 2012, morei lá durante quatro meses – visitei todos os sítios em posse de indígenas e fazendas retomadas nessa aldeia, e percorri menos detidamente as demais localidades da terra indígena. Em abril de 2013 defendi minha dissertação de mestrado em Ciências Sociais, junto à Universidade de Brasília (UnB): ¹O retorno da terra: as retomadas na aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia. Depois disso, voltei à aldeia algumas vezes, para apresentar os resultados da pesquisa, ministrar uma oficina de formação para os professores e professoras da Escola Estadual Indígena Tupinambá Serra do Padeiro (EETSP) e, mais recentemente, para gravar o documentário que estamos produzindo. Agora em 2015,

CONT.



ingressei no doutorado, em Antropologia Social, no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/UFRJ) e seguírei pesquisando com os Tupinambá.

Eu concebo minha pesquisa como necessariamente entrelaçada aos projetos políticos do povo Tupinambá. Em momentos de conflito agudo – em que era preciso contribuir para a produção de peças judiciais, denunciar publicamente violações sofridas por eles ou assessorá-los com documentos que buscavam dar a conhecer suas posições –, procurei empregar tanto minha formação em Antropologia, como em Jornalismo, esta última pela Universidade de São Paulo (USP). Quando iniciei a pesquisa de mestrado, o processo de criminalização dos Tupinambá, que vinha se intensificando desde 2008, estava no auge. Em 2004, os Tupinambá haviam começado a retomar fazendas, todas situadas no território que ocupavam tradicionalmente, e a grande imprensa, o Judiciário e a Polícia Federal (PF), assim como os próprios fazendeiros, responderam com virulência. Eu avaliava que, nesse quadro, circular informação de qualidade para além dos muros acadêmicos era estratégico. Então, além de participar de congressos e escrever artigos para periódicos, passei a produzir também reportagens e artigos para revistas e sites, sempre que havia oportunidade.

Em meados de 2013, assistimos a uma nova ofensiva contra os Tupinambá. Em resposta, desatamos uma campanha, articulada por 18 pesquisadores e pesquisadoras, de diversas áreas e instituições acadêmicas, que haviam trabalhado ou vinham trabalhando com os Tupinambá. Nosso objetivo era pressionar para que o Estado concluísse, com urgência, o processo de demarcação da terra indígena Tupinambá de Olivença, garantindo, assim, os direitos de índios e não-índios. Infelizmente, não se avançou um milímetro desde então: continuamos esperando que o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, assine a portaria declaratória da terra indígena.

Como foi a decisão de fazer o filme? E qual objetivo da produção?

No marco da campanha pela demarcação da terra indígena Tupinambá de Olivença, já vínhamos discutindo sobre a necessidade de fazer com que mais gente conhecesse a situação dos Tupinambá e as violações cometidas pelo Estado brasileiro. Ainda em 2013, o jornalista Leonardo Sakamoto, da Repórter Brasil, me perguntou o que eu pensava sobre a possibilidade de fazer um filme sobre os Tupinambá. A ideia me pareceu muito conveniente e interessante, mas ficou adormecida algum tempo. Em janeiro de 2014, agentes da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) e da PF instalaram uma base policial na Serra do Padeiro, onde já atuavam desde agosto do ano anterior. No mês seguinte, cerca de 500 soldados do Exército deslocaram-se à região, em uma operação de garantia da lei e da ordem, solicitada pelo então governador da Bahia, Jacques Wagner (PT), e determinada pela presidenta Dilma Rousseff. A aberração representada pela ocupação militar permanente de um território indígena já reconhecido pelo Estado levou-nos a intensificar novamente as denúncias e voltamos à proposta do documentário.

Convidamos a cinegrafista e documentarista Fernanda Ligabue para participar. Ela estava atuando em projetos muito interessantes e dirigira, não havia muito tempo, um documentário

CONT.



para A Pública sobre o complexo hidrelétrico do Tapajós, no Pará. Então, nós duas viajamos para a Serra do Padeiro para gravar alguns depoimentos dos Tupinambá sobre a luta pela terra e sequências do cotidiano na aldeia, e também para registrar a presença militar no território. Nessa fase inicial, fomos apoiadas financeiramente pela Repórter Brasil. Agora, para finalizar o processo de edição, criamos uma campanha de financiamento coletivo, que tem servido também para difundir o caso tupinambá.

Nosso objetivo mais imediato com o filme é fazer pressão pela demarcação da terra indígena Tupinambá de Olivença. Mas também nos interessa apresentar alguns elementos da história de expropriação e resistência vivida pelos Tupinambá; de sua cosmologia e dos sentidos que eles conferem ao território; do processo demarcatório e do conflito fundiário, sublinhando, de um lado, a intensa violência que tem se abatido sobre os indígenas e, de outro, a vigorosa recuperação territorial que eles vêm levando a cabo.

Quais são os interesses e obstáculos que impedem hoje o reconhecimento da terra Tupinambá?

O território tupinambá se estende por uma região historicamente associada à agricultura e ao turismo. Já na década de 1920, membros das elites locais estavam mobilizados para transformar o que designavam como um “aldeamento de índios mansos” – isto é, Olivença, antiga sede do aldeamento jesuítico de Nossa Senhora da Escada, e hoje distrito de Ilhéus – em uma “estação balneária”, cercada por propriedades agrícolas em posse de não-índios. A diversidade de paisagens da terra indígena, recoberta por porções de Mata Atlântica ainda relativamente conservadas, faz com que ela seja, ainda hoje, objeto de interesse do setor hoteleiro e imobiliário. No extremo sul da terra indígena, por exemplo, funciona um hotel de luxo, instalado à beira da Lagoa do Mabaço, que tem entre seus sócios o ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga Neto. Conforme o site do hotel, são oferecidos aos hóspedes 7 km de praia deserta e uma “lagoa privativa”, cercada por “mata intocada”. Em pleno território tupinambá! O entorno da lagoa, como indico com mais detalhes na dissertação de mestrado, é habitado pelos indígenas há gerações.

Quando fomos à região gravar o documentário, em nossa curta passagem por Ilhéus, recebemos dois folhetos de propaganda de empreendimentos imobiliários em construção no sul do município, já próximos a um dos limites da terra indígena. Ambos se situariam, conforme as propagandas, no “eixo de maior expansão de Ilhéus”, na parte da cidade que se abre para o “futuro”. Ainda que esses empreendimentos em particular não se localizassem no interior da terra indígena, eles apontavam, de certa forma, as pretensões do mercado imobiliário de se expandir naquela direção. Vale notar também que o aquecimento da construção civil, além de ser um fator de pressão em si, tem levado à intensificação da exploração de jazidas de areia no interior da terra indígena, na região costeira. Quando eu estava em campo, um desses areais, embargado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), continuava sendo explorado, por força de uma liminar.

CONT.



O processo demarcatório também tem sido marcado pela intensa movimentação de pretensos proprietários de áreas no interior da terra indígena e do Sindicato Rural de Ilhéus. É verdade que o poder econômico dos cacauicultores decaiu significativamente a partir do final da década de 1980, em decorrência dos efeitos da diminuição do preço do cacau no mercado internacional (associada à elevação da oferta mundial do produto), de condições climáticas desfavoráveis e da vassoura-de-bruxa, praga que se alastrou nas plantações. Porém, parte desses fazendeiros e descendentes dos antigos coronéis de cacau mantém lugares de destaque na sociedade regional e detém um poder político considerável. A ocupação de cargos do poder público por representantes desses grupos tem levado a situações bizarras. Em uma matéria veiculada pela *Bandeirantes*, ano passado, o secretário de Turismo de Ilhéus, Alcides Kruschewsky, deu uma declaração contrária à demarcação. Faltou apenas a reportagem informar que Kruschewsky é pretenseiro proprietário de um terreno em Olivença.

Talvez o mais trágico seja que, à custa de muita desinformação, fazendeiros e comerciantes locais têm atraído alguns sitiantes e posseiros não-indígenas para o seu lado. A situação legal desses grupos em face da demarcação é diferente, já que os dois últimos, em sua maioria, têm perfil de clientes da reforma agrária, devendo ser reassentados. Além disso, a estratégia de recuperação territorial adotada na Serra do Padeiro passa por não retomar as terras dos "pequenos". Porém, a relativa ausência do poder público, principalmente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), e a falta de esforços concertados com a Funai para prestar esclarecimentos a esses não-indígenas sobre os seus direitos levaram a essa insólita composição de forças. Em campo, reuni relatos dando conta de que até relações de vizinhança e compadrio entre sitiantes ou posseiros e indígenas haviam se rompido durante o processo demarcatório.

Vale notar ainda que a região é também alvo de grandes projetos de infraestrutura, que contam com investimentos públicos e privados, e que podem impactar o território indígena. Um dos principais é a construção do Porto Sul, em Ilhéus, que prevê um terminal de uso privativo da Bahia Mineração (Bamin), pertencente à Eurasian Natural Resources Corporation (ENRC), empresa de origem cazaque sediada em Londres, interessada na exploração de uma jazida de ferro em Caetité, oeste baiano. O porto é concebido como o ponto final da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), que deve ligar o município de Figueirópolis, no Tocantins, a Ilhéus, e é uma das prioridades do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Bahia. Conforme o projeto, o megaporto servirá para exportar produtos da mineração e do agronegócio.

Não que esses projetos constituam obstáculos diretos à demarcação. Como temos visto em outras regiões, o governo federal não demonstra constrangimento ao avançar na implementação de obras de "desenvolvimento" que impactam áreas tradicionalmente ocupadas – mesmo quando se trata de terras indígenas homologadas – sem consultar os povos indígenas e comunidades tradicionais atingidos, como determinam a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Constituição Federal. Mas fica claro que o projeto governamental de "desenvolvimento" do sul da Bahia está alinhado ao grande capital, e não aos povos e comunidades tradicionais ou aos sem-terra, por exemplo. A proteção de territórios de ocupação tradicional e a reforma agrária não são prioridades.

CONT.



Como se vê, são vários interesses em jogo: proprietários de resorts, construtoras, fazendeiros, empresas que exploram areais, indivíduos que têm casas de veraneio em Olivença, posseiros e sitiantes. Em 2009, foram apresentadas à Fundação Nacional do Índio (Funai) cinco manifestações solicitando a anulação do relatório de identificação, a redução da terra indígena e mesmo a anulação do processo e seu arquivamento. Os autores das contestações eram uma entidade de representação de produtores rurais de Ilhéus, uma empresa do setor hoteleiro, um grupo composto por 485 pretensos proprietários de terras, o município de Ilhéus e a prefeitura de Una. É importante notar que todas as contestações foram indeferidas.

Assim, eu entendo que se formou uma complexa frente contra a demarcação, isto é, uma coligação heterogênea e temporária, reunindo setores que, muitas vezes, não guardam entre si qualquer outro ponto de conexão além de um inimigo em comum: a terra Tupinambá de Olivença. O que falta, nesse quadro, é que o governo federal cumpra sua obrigação constitucional de garantir os direitos territoriais indígenas, a despeito de qualquer pressão.

Você [pode?] dar mais detalhes sobre as violências contra os Tupinambá durante seu período de pesquisa?

Quando cheguei à Serra do Padeiro, os indígenas ainda estavam fortemente impactados por uma série de ataques perpetrados pela Polícia Federal de 2008 a 2010. No marco de uma operação significativamente denominada "Terra firme", voltada para o cumprimento de liminares de reintegração de posse de áreas retomadas, expedidas em favor de fazendeiros, em outubro de 2008, agentes à paisana se dirigiram à Serra do Padeiro para mapear a área onde ocorreriam algumas das reintegrações. Balas de borracha foram disparadas contra três indígenas que os interpelaram – como nem os policiais nem o carro estavam identificados, os índios temiam se tratar de pistoleiros. Na ocasião, um indígena que tinha 75 anos de idade foi atingido no peito, a curta distância, e teve de ser hospitalizado. No dia seguinte, indígenas foram violentamente retirados da aldeia Tucum, região litorânea da terra indígena. Em seguida, teve lugar mais uma ação na Serra do Padeiro: um sítio em posse de indígenas foi invadido por agentes armados, sendo as viaturas acompanhadas por helicópteros e até rabeções.

O sítio onde ocorreu o ataque funciona como o centro da aldeia – é ali que se localiza a escola, por exemplo – e muitas crianças e idosos estavam no local. As fotografias de indígenas feridos por balas de borracha no rosto, nos seios são muito impactantes. Em 2012, quatro anos depois, uma indígena ferida na operação ainda sentia dores e teve de ser submetida a uma cirurgia, para a retirada de estilhaços que estavam alojados em suas pernas. Durante a ação, os indígenas tiveram documentos, roupas e outros pertences queimados; móveis, veículos e construções foram danificados; roças, completamente destruídas. Sacos de café, açúcar, leite e outros mantimentos foram propositalmente furados pelos policiais e tiveram seus conteúdos espalhados pelo chão. Utensílios de uso doméstico e ferramentas agrícolas foram apreendidos pela polícia, e nunca devolvidos. Documentos do arquivo da associação indígena também foram levados – entre eles, alguns de valor inestimável, como vídeos com depoimentos de indígenas idosos que já morreram. Além disso, dois indígenas foram detidos.

CONT.



Já em junho de 2009, durante operação policial na fazenda Santa Rosa, retomada pelos indígenas, três agentes da Polícia Federal torturaram cinco indígenas com choques elétricos no rosto, nas costas, nas pernas e nos órgãos genitais. Eles desferiram, ainda, jatos de spray de pimenta, socos, coronhadas, tapas e pisões, queimaram os objetos pessoais dos indígenas e os ameaçaram de morte. Esse caso levou o Ministério Público Federal (MPF) a propor uma ação civil pública em face da União. Em 2010, ocorreram novos ataques a áreas retomadas e, em março, o cacique Babau (Rosivaldo Ferreira da Silva) e um de seus irmãos, Givaldo Ferreira da Silva, foram presos. Ambos ficaram cinco meses encarcerados e chegaram a ser transferidos para um presídio de segurança máxima no Rio Grande do Norte. Em junho, Glicéria Jesus da Silva, irmã de Babau e Givaldo, também foi presa, junto a seu bebê de dois meses de idade. Mãe e filho ficaram mais de dois meses presos. Na penitenciária, Glicéria desenvolveu mastite. A negligência das autoridades carcerárias e o agravamento de seu quadro clínico fizeram com que ela tivesse de interromper a amamentação da criança.

Durante o período da pesquisa propriamente, dois episódios violentos aconteceram, mas não na Serra do Padeiro, e sim na região litorânea da terra indígena. Em abril de 2011, um indígena que vivia na aldeia Guarani Taba Atã foi alvejado pelas costas na perna direita, por um agente da Polícia Federal à paisana. Em decorrência do tiro, sua perna teve de ser amputada. Conforme denúncias, no hospital, o indígena permaneceu todo o tempo algemado ao leito e vigiado por policiais; após um mês internado, foi mantido mais dois meses encarcerado, em Ilhéus. Não sei como está sua situação hoje, mas em 2012, quando o entrevistei, ele ainda não recebera qualquer reparação e respondia a um processo na justiça. Já em fevereiro de 2012, uma reintegração de posse foi efetuada na aldeia Tucumã, na região do Acuípe de Baixo, expulsando cerca de 20 famílias indígenas.

Como mencionei, depois que concluí a pesquisa, o conflito se agudizou e, no começo de 2014, o governo federal mobilizou suas forças repressivas para a ocupação do território tupinambá. A partir de então, os relatos sobre violações aumentaram. Assistimos a uma série de ações de reintegração de posse, marcadas por diversos abusos. Conforme as denúncias, os agentes passaram a ameaçar os indígenas, realizavam disparos diários de munição letal e lançaram mão de cachorros para persegui-los. Em um ataque policial a uma área retomada, em fevereiro, uma criança indígena de dois anos de idade perdeu-se dos pais, em meio à fumaça do gás lacrimogêneo, e foi levada pelos agentes, à força, ao Conselho Tutelar de Ilhéus. Operando uma inversão espantosa, um texto publicado no site da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) descreve o “emocionante momento do reencontro” entre a mãe e o menino, “proporcionado por uma ação do governo federal”. Em março, denunciaram os Tupinambá, os agentes revistaram uma menina indígena de 14 anos, desacompanhada, e ordenaram que ela erguesse sua blusa. No mesmo mês, uma marcha em solidariedade aos Tupinambá, realizada na Serra do Padeiro, foi acompanhada por rasantes de helicópteros. Esses relatos demonstram que a atuação policial no caso tupinambá não tem se voltado à garantia do cumprimento da lei: seu objetivo tem sido assegurar interesses privados de grupos e indivíduos contrários à demarcação da terra indígena.

Paralelamente à violência perpetrada pelo Estado, também têm ocorrido ataques promovidos

CONT.



por indivíduos e grupos contrários à demarcação da terra indígena. Em agosto, um caminhão que transportava estudantes da escola indígena foi alvejado, em uma emboscada. Ninguém foi baleado, mas estilhaços do para-brisas, que se quebrou, feriram dois estudantes. Nesse mesmo mês, não-índios bloquearam a BR-101 em mais de uma ocasião, e veículos de órgãos governamentais que trafegavam pela via foram retidos e incendiados pelos manifestantes. Uma agência do Banco do Brasil foi depredada e uma unidade da Empresa Baiana de Alimentos (Ebal), estatal que comercializa alimentos a famílias de baixa renda, foi saqueada. Um ônibus utilizado para transportar estudantes indígenas também foi incendiado, durante a madrugada.

Cerca de 40 casas pertencentes a famílias indígenas foram incendiadas e derrubadas. Indígenas foram espancados e tiveram sua produção roubada. Além disso, não índios que os apoiavam – comerciantes e professores, entre outros – foram agredidos e suas casas e lojas, atacadas. Já em novembro, três indígenas foram assassinados na região costeira da terra indígena, em uma emboscada. Não se trata de caso isolado. Em diferentes pontos da terra indígena, vários indígenas foram assassinados nos últimos anos, em circunstâncias não esclarecidas. Alguns casos, senão todos, argumentam os Tupinambá, se relacionam à disputa territorial. A atuação de pistoleiros contratados por fazendeiros tem sido denunciada reiteradamente. Apesar disso, até onde sabemos, as investigações policiais têm sido conduzidas desconsiderando os prováveis vínculos entre os assassinatos e a luta pela terra.

Você poderia comentar também sobre o racismo ao qual estão submetidos?

No que diz respeito ao racismo, ele é disseminado na sociedade regional. Durante o período em que estive em campo, não foram poucas as ocasiões em que me falaram sobre os “falsos índios”. Também pude presenciar discursos de ódio. Certa vez, eu viajava em um ônibus que circula pela zona rural de Buerarema, quando uma trabalhadora rural não-indígena me abordou para criticar as retomadas de terras. Ela disse que soltou rojões quando um jovem indígena morreu em um acidente de carro, anos atrás. A justificativa: “Nós não gostamos deles, nós não queremos eles aqui”.

Nesse quadro, a imprensa hegemônica cumpre um papel nefasto. Jornais como Agora e A Região, de Itabuna, veiculam caracterizações preconceituosas dos indígenas, chamando-os, por exemplo, de “bandidos que se dizem índios” e “caboclos fantasiados de índios”. Emissoras de rádio têm sido ainda piores. Quando estava em campo, escutava com frequência o programa Novo Amanhecer, da Rádio Jornal, de Itabuna, apresentado pelo radialista Rivamar Mesquita. Além de negar seguidas vezes a identidade étnica dos Tupinambá, o apresentador chegou a sugerir, no ar, a realização de emboscadas contra os índios. Mas o preconceito não é exclusividade da imprensa local e regional. Em fevereiro de 2014, o Jornal da Band² veiculou em rede nacional reportagens sobre o caso Tupinambá repletas de imagens estereotipadas, erros factuais e declarações racistas, ao que os indígenas responderam propondo uma ação na justiça. Algo gravíssimo, que identifiquei com clareza na pesquisa, lendo processos judiciais referentes aos Tupinambá, é que essas caracterizações têm ampla penetração no Poder Judiciário, influenciando as decisões de juízes estaduais e federais.

CONT.



Recentemente, o ministro da defesa e ex-governador da Bahia Jacques Wagner colocou o ministro da justiça, José Eduardo Cardozo, em uma situação delicada ao comentar durante sua posse sobre a urgência na demarcação da terra Tupinambá. Como foi a relação entre os povos indígenas na Bahia durante o mandato do ex-governador petista? Você acredita que Jacques Wagner pode ser um aliado no reconhecimento dos direitos destes povos?

É curioso que Jacques Wagner manifeste-se assim, já que, enquanto foi governador da Bahia, mostrou-se bastante permeável ao discurso contrário à demarcação da terra indígena Tupinambá de Olivença e, em mais de uma ocasião, prestou declarações à imprensa ecoando argumentos dos setores mobilizados contra o reconhecimento dos direitos indígenas. É certo que a demarcação de terras indígenas é competência do governo federal, mas seria muito razoável que o governador, em sua interlocução com essa esfera, demandasse celeridade na garantia dos direitos territoriais indígenas em seu estado. Em outra importante disputa fundiária em curso durante seu mandato – o caso da Reserva Indígena Caramuru-Catarina-Paraguaçu, habitada pelos Pataxó Hã-Hã-Hãe –, o governador também se revelou alinhado aos interesses anti-indígenas. Quando o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela nulidade dos títulos de propriedade emitidos sobre a reserva, em lugar de saudar a decisão histórica, Wagner concedeu entrevista, visivelmente contrariado, demandando que o governo federal oferecesse aos fazendeiros indenizações às quais eles não tinham direito legal.

Voltando ao caso tupinambá, é preciso lembrar que foi Wagner quem solicitou à presidenta Dilma Rousseff a militarização do território indígena, por meio de uma ação de garantia da lei e da ordem, em 2014. Como comentei, essa operação resultou em ainda mais violência contra os Tupinambá e buscou refrear o processo de recuperação territorial levado a cabo pelos indígenas. Será que o ministro reconheceu seus equívocos e pretende fazer gestões para que, finalmente, a Constituição Federal seja cumprida?

Tem mais algo que gostaria acrescentar?

O processo de demarcação da terra indígena Tupinambá de Olivença teve início em 2004. De lá para cá, o governo federal violou todos os prazos legalmente estabelecidos para sua conclusão. Fazendo frente à violência do Estado e de indivíduos e grupos contrários à demarcação, os Tupinambá têm se arriscado grandemente para realizar ações de recuperação territorial – só na aldeia Serra do Padeiro, já ocorreram mais de 70 retomadas de terra e todas essas áreas continuam em posse dos indígenas. São as ações de retomada que têm permitido aos indígenas voltar a se dedicar às atividades que desenvolviam tradicionalmente (agricultura em pequena escala, caça, pesca e coleta), afastando-se de relações de trabalho precárias, em alguns casos, análogas à escravidão. Além disso, muitos indígenas expropriados, que tiveram de deixar o território, recentemente puderam voltar. Os Tupinambá têm se esforçado para proteger seu território e criar condições para a reprodução do seu modo de vida. Mas, para que o conflito cesse definitivamente, é indispensável a conclusão, com urgência, do processo demarcatório.

[Assista ao vídeo.](#)

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 10/ 2015

Brasília, 20 de janeiro de 2015.

1 – Ver [O retorno da terra: as retomadas na aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia](#)

2. Ver [Observatório da Imprensa](#)

Destaque: Babau e o filho, em 2009. Foto de Sean Hawkey.

Ministério Público Federal embarga desmatamento irregular no entorno da Terra Indígena Apinajé

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.01.2015



Às 08h14min da manhã do dia 15/01/15, quinta-feira, ocupamos e impedimos o tráfego na Rodovia TO 210, no município de Tocantinópolis, no Norte do Tocantins. O objetivo do bloqueio desta rodovia foi chamar atenção da Fundação Nacional do Índio -FUNAI, e do Ministério Público Federal-AGA para os vícios e o não cumprimento dos Termos do CERTIFICADO DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL – CAR e da AUTORIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO FLORESTAL – AEF, emitidas pelo INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS-NATURATINS, em favor de Eloísio Flávio Andrade, proprietário de dois imóveis, ambos conhecidos como fazenda Góes I, localizadas nas proximidades da aldeia São José.

Nas citadas licenças emitidas pelo NATURATINS constam, como atividade principal a pecuária, entretanto verificamos grandes áreas de cerrado sendo totalmente desmatadas e nascentes de águas ameaçadas. Para aumentar nosso receio, insegurança e preocupação, pessoas que trabalhavam no local afirmaram que essa área desmatada seria mesmo destinada ao plantio de eucaliptos.

Ressaltamos que essa área desmatada é parte de nosso território tradicional que ficou de fora da área demarcada por Decreto Presidencial em 14 de fevereiro de 1985. Diante da gravidade

CONT.



da situação, desde início das atividades em setembro de 2014, tentamos articular FUNAI, o NATURATINS, o IBAMA e o MPF-AGA para o diálogo, e não obtivemos êxito. De nossa parte também procuramos resolver a questão pela via do documento e da denúncia, o que não foi possível.

No dia 15/01/15, logo após o bloqueio da rodovia TO 126 divulgamos a CARTA ABERTA DO POVO APINAJÉ À SOCIEDADE. Ainda na manhã do dia 15/01/15 Dra. Ludmila Vieira de Souza Mota, Procuradora do MPF-AGA, nos informou por telefone que estava saindo de Araguaína -TO, rumo a área Apinajé para uma reunião com as lideranças, e também fazer uma visita ao local do desmatamento.

Às 13h20min, na aldeia Prata, a Dra. Ludmila teve uma rápida conversa com a comissão de lideranças Apinajé, e logo em seguida acompanhada por servidores da FUNAI e por membros desta associação dirigiu-se ao local do desmatamento. A Procuradora também visitou a aldeia São José, uma das aldeias mais próximas do desmatamento. Nesta tarde ocorreu também uma rápida conversa entre o MPF-AGA, os Fiscais do NATURATINS, servidores da FUNAI e membros da Associação PEMPXÀ.

Na ocasião a Dra. Ludmila questionou a atitude do NATURATINS ao emitir licenças para desmatar sem fazer vistorias desses locais. Em razão da irregularidade verificada a Procuradora do MPF-AGA recomendou a imediata autuação e embargo do empreendimento, e indagou da representante do Órgão Ambiental do Tocantins, o que fazer agora com essa grande extensão de terra desmatada? E quem vai reflorestar? A Procuradora afirmou que o MPF-AGA vai realizar uma Audiência Pública para que o NATURATINS explique como são emitidas essas Licenças Ambientais no entorno das Terras Indígenas.

De volta ao local do bloqueio da TO 210, a procuradora relatou para os Apinajé o que viu, e as providências adotadas pelo MPF-AGA e o NATURATINS para embargar o desmatamento. A Procuradora também pediu aos manifestantes que desbloqueassem a rodovia. Afirmamos que ficaríamos aguardando o documento oficializando o embargo do empreendimento, e que ao recebermos a confirmação, desocuparíamos a rodovia.

Na sexta-feira, dia 16/01, às 14h20min, recebemos o documento do NATURATINS, oficializando o embargo do desmatamento, nesta mesma tarde a rodovia foi desbloqueada. A partir de agora estaremos cobrando também da FUNAI/BSB, urgência na regularização fundiária desta parte da área em questão.

O Ministério Público Federal/MPF-AGA, marcou para o dia 5/02/15, uma Audiência Pública com participação de lideranças Apinajé e Krahô, FUNAI e NATURATINS, para que este órgão possa explicar como funciona de fato o Processo de Licenciamento Ambiental. A mencionada Audiência Pública será realizada no auditório do Ministério Público do Estado do Tocantins/MPE-TO em Tocantinópolis-TO.

Aldeia São José, 20 de janeiro de 2015
Associação União das Aldeias Apinajé-PEMPXÀ



Aspecto de desmatamento em parte da área Apinajé reivindicada, no município de Tocantinópolis/TO. (foto: Iran Apinagé. Jan. 2015)

Destaque: Aspecto de desmatamento em parte da área Apinajé reivindicada, no município de Tocantinópolis/TO. (foto: Iran Apinagé. Jan. 2015).



Defensoria Pública da União chega finalmente a Altamira, 3 anos após início das obras de Belo Monte

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.01.2015

Seis defensores públicos da União e quatro servidores chegam a Altamira nesta terça-feira (20). No momento em que milhares de famílias estão negociando a saída de suas casas para dar lugar ao reservatório da usina de Belo Monte, a Defensoria Pública será a única opção de assistência jurídica gratuita às pessoas que não podem pagar pelos serviços de um advogado na cidade

Leticia Leite, ISA

Seis defensores públicos da União e quatro servidores chegam a Altamira nesta terça-feira (20). No momento em que milhares de famílias estão negociando a saída de suas casas para dar lugar ao reservatório da usina de Belo Monte, a Defensoria Pública será a única opção de assistência jurídica gratuita às pessoas que não podem pagar pelos serviços de um advogado na cidade.

Os defensores chegam em caráter itinerante e emergencial. O advogado Francisco de Assis Nascimento Nóbrega, que coordenará a ação, afirmou que a equipe deve permanecer somente até o final de abril.

A Defensoria Pública da União (DPU) decidiu vir a Altamira após participar de uma audiência pública convocada pelo Ministério Público Federal no fim do ano passado para promover reajustes nos programas de reassentamento, executados pela Norte Energia, empresa responsável pelo projeto.

A audiência escancarou falhas no reassentamento, como analfabetos que assinaram documentos em branco e atingidos que gravaram propaganda para a Norte Energia recebendo a promessa de uma casa nova, mas continuam sem moradia. Além de ribeirinhos e indígenas que perderam suas casas na cidade e disseram não estar sequer no cadastro de atingidos (saiba mais).

“A Defensoria Pública da União tomou conhecimento da violação de direitos, principalmente com os indígenas, na audiência pública e decidiu imediatamente enviar uma equipe em caráter emergencial”, afirmou Nóbrega, que faz parte do Grupo de Trabalho Indígena da DPU.

A população atingida por Belo Monte, na região de Altamira (PA), que abriga a maior obra civil em andamento no país, não contava com apoio jurídico da Defensoria Pública da União (DPU) nas negociações entre o empreendedor e as mais de oito mil famílias que terão as suas casas atingidas pela barragem que está sendo erguida nas águas do Rio Xingu.

CONT.



Algumas das 4.100 casas previstas já estão construídas nos novos bairros de Altamira, mas as relocações acontecem a passos lentos e o número de casas entregues não chegou a 30%.

Na semana que passou, o Ministério Público do Pará (MPF) comunicou que abriu procedimento investigativo sobre a situação de ribeirinhos, pescadores e indígenas que usam moradias sazonais na periferia de Altamira, mas não estão sendo contemplados pelo reassentamento. Estes problemas estão entre as reivindicações do movimento que bloqueou a rodovia Transamazônica na semana que passou, impedindo a passagem de veículos para as obras da usina. Os manifestantes reivindicam ser reassentados em áreas próximas ao rio, de onde tiram a subsistência. Após três dias de protesto, eles suspenderam o bloqueio, mas ainda não tiveram as reivindicações atendidas (saiba mais).

Defensoria Pública Estadual está fechada

A Defensoria Pública Estadual (DPE) que já chegou a contar com 13 defensores no início das obras, em 2011, fechou o escritório em Altamira em junho do ano passado e não tem nenhum defensor fixo na cidade. Mesmo com a demanda crescente, a DPE depende, hoje, da boa vontade de servidores locados em outros municípios e que se candidatam a passar uma semana por mês em Altamira, atendendo casos pontuais em esquema de mutirão.

Para o secretário executivo do ISA, André Villas-Bôas, Estado civilizado é aquele que assume que grandes empreendimentos podem ocasionar impactos além dos previstos, gerando situações de injustiça indesejáveis sobre as populações afetadas. "Conhecedor dessa assimetria, o Estado deveria agir antecipadamente no sentido de fortalecer a presença e ações das instituições públicas cujo papel é defender os direitos dessas populações. Desta forma asseguram-se condições mínimas de direitos humanos capazes de conter a força descomunal do empreendedor da obra e de seus advogados diante de uma população humilde, sem recursos de defesa e muitas vezes desconhecadora de seus direitos. Infelizmente, não foi o que pudemos testemunhar até agora em Belo Monte e parece que não vamos ter este nível de civilidade no Rio Tapajós, avalia Villas Bôas.

Imagem: Moradores de Altamira (PA) protestam durante audiência pública para discutir a desapropriação de imóveis.

Governo de RO vai construir escolas em aldeias indígenas

SÍTIO EM RONDÔNIA.COM, 20.01.2015

O governo do Estado vem investindo na educação indígena. Está em andamento o primeiro concurso público para professores indígenas da região Norte



O governo do Estado vem investindo na educação indígena. Está em andamento o primeiro concurso público para professores indígenas da região Norte e está havendo sequência ao Projeto Açaí – onde índios são habilitados para serem professores em suas aldeias. O coordenador de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Estado da Educação, Flávio Luís, afirmou que o órgão vai construir uma em Espigão do Oeste, na aldeia Cinta Larga, e a outra na aldeia Caxarari, no distrito de Extrema.

A empresa Bart Construção é responsável pelas duas obras. Duas pontes em precário estado de conservação, no interior da reserva Cinta Larga, devem retardar o início das obras, pois a estrutura das pontes não suportariam o peso de um caminhão carregado com material de construção.

Enquanto as pontes não são reformadas, a empresa está preocupada com o acesso para a aldeia Caxarari, pois o inverno está causando atoleiro em vários trechos e, consequentemente, prejudicando o início das obras em razão dos veículos não poderem transitar.

Fonte Governo de RO.

Após 24h, índios Yanomami seguem ocupando prédio de Sesai em RR

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 20.01.2015

*Eles cobram saída de coordenadora do Dsei-Y; Hutukara não apoia ato.
Ministério da Saúde diz que Sesai está negociando com os indígenas.*



Índios estão acampados no prédio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), no Centro de Boa Vista (Foto: Emily Costa/ G1 RR)

Após 24h desde a invasão da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), os 50 índios Yanomami continuam ocupando o local nesta terça-feira (20). Ao G1, eles reafirmaram que só deixarão o local quando a coordenadora do Distrito Especial de Saúde Indígena Yanomami (Dsei-Y), Maria de Jesus do Nascimento, for exonerada do cargo.

O G1 entrou em contato com coordenadora do Dsei-Y, Maria do Nascimento mas ela não quis se pronunciar.

Conforme a liderança do movimento, Júnior Yanomami, mesmo com a presença dos indígenas na Sesai, apenas os servidores do gabinete são impedidos de trabalhar.

"Todos os outros funcionários do prédio seguem atuando normalmente", pontuou Yanomami. Segundo ele, os indígenas que fazem o protesto estão articulando junto ao Ministério da Saúde

CONT.



a exoneração de Maria. "Já falamos com representantes em Brasília e estamos aguardando um posicionamento deles", disse.

Ministério da Saúde

A assessoria de comunicação do Ministério da Saúde (MS) informou, por telefone, que a Sesai tem mantido contato com os manifestantes. "As reivindicações estão sendo ouvidas e posteriormente o caso será avaliado para se saber quais medidas serão tomadas", comunicou. Hutukara não apoia ato.

Por telefone, um dos membros da Hutukara Associação Yanomami, Maurício Yekuana, informou que "os indígenas que ocupam a Sesai não tem apoio de todos os Yanomami". Segundo ele, os 50 indígenas que estão no prédio "decidiram fazer esse protesto movimento sozinhos".

Ele destacou ainda que as lideranças indígenas da Terra Indígena Yanomami (TIY) não tem conhecimento do ato. "Davi Kopenawa [maio liderança entre os Yanomami] ainda será informado da ocupação. Somente após a reunião com ele, a Hutukara deverá emitir m pronunciamento oficial sobre o protesto feito na Sesai", encerrou Yekuana.

Governo não quer que ministra da Agricultura fale sobre PEC 215, da demarcação de terras indígenas

SÍTIO ACRÍTICA.COM, 20.01.2015

Pepe Vargas afirmou que Kátia Abreu, ministra da Agricultura, não deve participar do debate sobre PEC 215, que modifica regra para demarcar terras indígenas no Brasil. Segundo ele, tema compete ao Ministério da Justiça, Funai e Incra



PEC 215 transfere competência do Executivo para Congresso a demarcação das terras indígenas
(Erica Melo)

PAULO VICTOR CHAGAS (AGÊNCIA BRASIL).

O ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Pepe Vargas, manifestou hoje (20) a posição contrária do governo à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000, que transfere para o Legislativo a prerrogativa de demarcação de terras indígenas.

Ele também afirmou que, como o assunto passa por órgãos como o Ministério da Justiça, Fundação Nacional do Índio e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a ministra da Agricultura, Kátia Abreu, não deve participar do debate.

“Como ministra, Kátia Abreu não deverá se manifestar em torno dessas questões. A ministra é uma mulher inteligente, grande liderança no Senado. Com certeza, ela sabe as funções do seu ministério”, declarou o ministro, durante café da manhã com jornalistas.

A PEC 215 é objeto de polêmica entre grupos ligados aos direitos indígenas e produtores rurais, o que impediu a votação do tema em uma comissão especial no fim de 2014. Segundo Pepe Vargas, há diferenças na atuação da ministra como líder sindical e como ministra de Estado.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 10/ 2015

Brasília, 20 de janeiro de 2015.

Pepe Vargas disse, ainda, que a proposta “não ajuda a criar um ambiente que diminua conflitos”. Antes, o governo já havia se posicionado contrariamente à PEC. Este ano, a Proposta de Emenda à Constituição 215 deve ser desarquivada.

“Achamos que o processo que trata dos direitos territoriais das comunidades tradicionais está devidamente regulamentado em lei. A demarcação é ato administrativo, que invadiria, se o Legislativo quisesse entrar nisso, uma prerrogativa do Poder Executivo”, concluiu Pepe.

MPF consegue na Justiça que União demarque terras indígenas e indenize fazendeiros

SÍTIO CORREIO DO ESTADO, 20.01.2015

Eduardo Cardozo será intimado para o cumprimento da decisão em até 30 dias



Sem demarcação, patrimônio cultural ameaçado
(Foto: Ascom MPF/MS)

O Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul (MPF/MS) conseguiu determinação judicial para que a União demarque as terras indígenas e pague arrendamento aos fazendeiros que possuem áreas ocupadas por índios, em toda a região centro-sul do estado. O valor a ser pago deve ser o praticado pelo mercado. A medida vale também para as áreas que forem ocupadas após a decisão judicial da 2ª Vara da Justiça Federal de Dourados.

O pagamento deverá ser realizado até que a União demarque as terras indígenas no Estado. O ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, será intimado para o cumprimento da decisão em até 30 dias. Caso contrário, de acordo com o MPF, o ministro poderá responder pelo crime de responsabilidade e haverá bloqueio, no orçamento da União, dos recursos necessários para pagar os fazendeiros prejudicados pelas ocupações.

A decisão foi tomada depois que o Ministério Público Federal executou judicialmente o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com a Fundação Nacional do Índio (Funai), em 2007, pelo qual a Fundação se comprometeu a demarcar as terras indígenas em MS até junho de 2009. Em 2010, a Funai enviou ao MPF justificativa pelo descumprimento do acordo e apresentou novo cronograma para realizar os procedimentos demarcatórios, destacando que iria providenciar os recursos humanos e materiais necessários. Porém, até o momento, publicou apenas um dos diversos relatórios antropológicos pendentes. Diante do atraso, em 2011, o MPF executou judicialmente o TAC.



Distrito Indígena na Bahia inicia curso sobre tratamento de cárie

SÍTIO PORTAL BRASIL, 20.01.2015

Objetivo é capacitar profissionais de saúde bucal locais, além de desenvolver atividades curativas, preventivas e educativas

Começou nesta segunda-feira (19) o Curso de Capacitação de Multiplicadores na Prevenção e Tratamento da Cárie Dentária em Populações Indígenas, no Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Bahia.

O objetivo da iniciativa é capacitar os profissionais de saúde bucal do distrito, além de desenvolver atividades curativas, preventivas e educativas, no contexto da saúde indígena. Participam 19 Auxiliares de Saúde Bucal (ASB) e 19 cirurgiões dentistas. O curso vai até sexta-feira (23), no Fundacentro, em Salvador (BA).

Segundo o Responsável Técnico pelo programa de Saúde Bucal do DSEI Bahia, Thiago Bute, por mês, duas mil pessoas são atendidas nas aldeias e os problemas de saúde bucal mais diagnosticados em 2014 foram cárie e doenças periondotais, como a gengivite. "Vamos abordar a odontologia de mínima intervenção; antropologia aplicada à saúde bucal; prevenção, promoção e educação na saúde bucal indígena; estudo de caso; entre outros", disse Thiago.

Entre as ações da área para 2015, estão o atendimento clínico para controle de infecção, escovação bucal supervisionada em todas as aldeias e visitas nas escolas da comunidade do DSEI Bahia. "O cirurgião dentista do Polo Base deverá visitar todas as escolas das aldeias para conversar com os professores sobre escovação dental", finalizou o responsável técnico.

Fonte: Secretaria Especial de Saúde Indígena.



Índios protestam contra falta de assistência médica em Roraima

SÍTIO PORTAL EBC, 20.01.2015

Graziele Bezerra e Ariane Póvoa

Índios Yanomami ocupam desde a noite dessa segunda-feira o prédio da Sesai, a Secretaria Especial de Saúde Indígena na capital de Roraima, Boa Vista.

E apesar de estarem munidos de arcos e flechas os índios afirmam que a manifestação é pacífica.

Eles exigem a exoneração da Coordenadora do Distrito de Saúde Indígena Yanomami, Maria de Jesus do Nascimento.

Em todo o Estado, são mais de 300 comunidades Yanomami e 37 pólos-base para assistência à saúde. Mas segundo a liderança Júnior Hekurari Yanomami, falta de tudo um pouco nessas unidades: "Estamos ocupando o prédio do Distrito Yanomami por falta de saúde em área Yanomami.... poucos profissionais... tá com quatro meses sem visita de equipe nas comunidades mais afastado".

Hekurari denuncia ainda o alto índice de mortes entre os Yanomami, inclusive entre os internados na Casai, a Casa de Saúde do Índio: "Relatório que a gente tem ... motivo de morte... sem esclarecimento. Tem outros que morreram de desnutrição, diarreia, de pneumonia... principalmente crianças. 80% de crianças morrem de diarreia, desnutrição, por causa disso".

O líder indígena afirma que já encaminhou as demandas do povo à Sesai em Brasília.

Por telefone, a Assessoria do Ministério da Saúde informou que está em contato com os indígenas para entender os motivos da manifestação. E só após conversar com os índios, vai tomar uma decisão em relação à Coordenadora do Distrito.

No ano passado, uma manifestação semelhante derrubou a então Coordenadora, Joana Claudete. Logo após, assumiu a atual chefe do Distrito, Maria de Jesus.



Boletim de Notícias - Edição nº 10/ 2015

Brasília, 20 de janeiro de 2015.

Conab e Incra discutem compra de sementes no Rio Grande do Norte

SÍTIO PORTAL BRASIL, 20.01.2015

Encontro visa a capacitação de representantes de órgãos envolvidos no programa na modalidade Compra com Doação Simultânea

Na manhã desta quarta-feira (21), será realizada uma reunião de apresentação relacionada à aquisição de sementes por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O encontro, que ocorrerá às 9h, no auditório do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), visa a capacitação de representantes de órgãos envolvidos no programa na modalidade Compra com Doação Simultânea.

O encontro será organizado pela Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) no Rio Grande do Norte e pelo Incra.

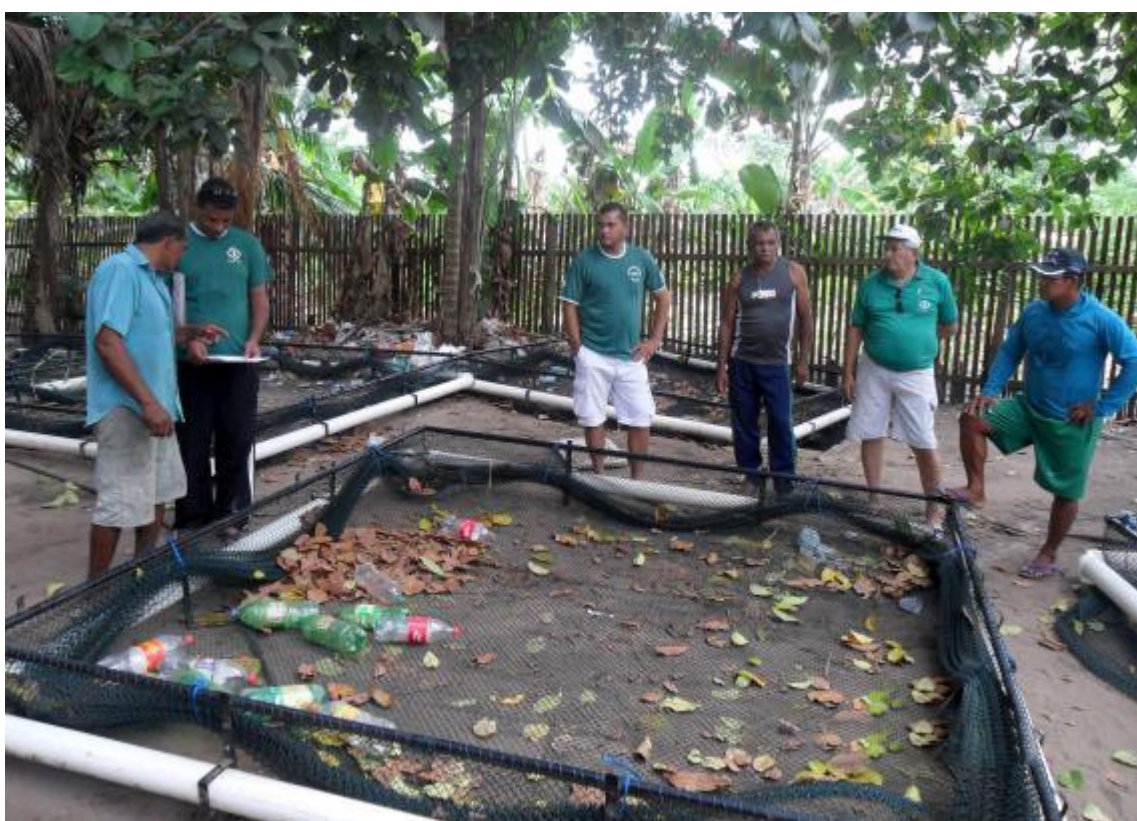
Compra de sementes

Desde o início deste ano, os agricultores familiares podem vender sementes ao governo federal para atender ações promovidas por órgãos federais e estaduais. O limite por agricultor é de R\$ 16 mil por ano e cada associação ou cooperativa terá um limite de R\$ 6 milhões anualmente.

As sementes adquiridas serão doadas a famílias que tenham Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP Física) e estarão descritas no Plano de Distribuição. Terão prioridade aquelas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), mulheres, assentados, povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, e beneficiários do Plano Brasil sem Miséria e da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo).

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento.

Ribeirinhos de Santarém recebem alevinos para iniciar criação de peixe em tanque
SÍTIO AGÊNCIA PARÁ, 20.01.2015



Por sua flexibilidade, os criatórios podem ser transportados de um lago para outro a partir da necessidade dos ribeirinhos.

Da Redação
Agência Pará de Notícias

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater) em Santarém, no oeste paraense, entrega nesta terça-feira, 20, dois mil alevinos a ribeirinhos da comunidade Ituqui, onde vivem dez famílias atendidas por uma iniciativa que tem a parceria do Pará Rural, via Projeto de Investimento Produtivo (PIP), destinada a gerar renda e também diminuir a pressão da pesca sobre o rio que dá nome à localidade.

A atividade será desenvolvida em gaiolas que já foram instaladas especificamente em lagos

CONT.



formados pelo Itiqui. Por sua flexibilidade, os criatórios podem ser transportados de um lago para outro a partir da necessidade dos ribeirinhos. As gaiolas serão povoadas com tambaqui, espécie nativa da região e que pode atingir até dois quilos em dois anos e meio. A produção abastecerá o mercado local. "A partir do momento que passamos a oferecer aos ribeirinhos uma alternativa de subsistência que substitua a pesca tradicional conseguimos também diminuir a pressão sobre o rio", explica o técnico da Emater, Iomar Nascimento.

A ação atende a proposta de um projeto macro que vai garantir o povoamento de dez tanques com dez mil alevinos e, conseqüentemente, a produção escalonada com uma despesca na primeira etapa e, mais adiante, duas despescas por ano. "Queremos assegurar que eles tenham uma fonte de renda mesmo na época do defeso, uma vez que a pesca artesanal é a principal atividade desenvolvida pelas famílias na comunidade, além de uma produção maior de pescado", argumenta o sociólogo da Emater, Aroldo Sousa.

A partir do aumento da produção a Emater vai poder trabalhar o acesso dos ribeirinhos a linhas de crédito voltadas à atividade, de forma a tornar as famílias mais independentes no processo de produção do pescado. A partir da primeira despesca a Emater realizará um diagnóstico socioeconômico das famílias.

Iolanda Lopes.

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará.



Colete de miriti salva vidas com fibra típica da Amazônia

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 20.01.2015

*Invenção é alternativa ecológica para salva-vidas.
Idéia chegou a ser apresentada na Europa.*

Dois irmãos que moram em Abaetetuba, no nordeste do Pará, inventaram um colete salva-vidas de miriti. A ideia que chegou a ser apresentada na Europa e representou uma alternativa ecológica para a navegação dos ribeirinhos.

"A gente fez pesquisas com donos de embarcações e percebeu que a maioria delas não possui colete salva-vidas, e as que possuíam eram em número insuficiente", conta Elen sobre o trabalho em torno da invenção, desenvolvida há dois anos.

Nas palmeiras do miritizeiro, encontradas em grande quantidade na floresta, eles coletaram a matéria-prima ideal para dar forma à imaginação. De tão leve que é, o miriti é conhecido pelos ribeirinhos como "o isopor da Amazônia". E como ele flutua na água, surgiu a ideia: por que não criar um colete salva-vidas feito da matéria-prima. Foi o que os irmãos fizeram ao desenvolver uma alternativa segura, ecológica e mais barata.

"O industrial custa em média R\$ 40, de 55 a 10 quilos e o natural custa menos de R\$ 10", reforça Elen.

Descobertas

Os inventores do colete perceberam que era preciso impermeabilizar o miriti para evitar que o material absorvesse água e deixasse de flutuar rápido demais. No Clube de Ciências de Abaetetuba, vários testes foram feitos.

Os irmãos Gaia fazem parte do projeto Cientista do Amanhã no município, que desperta em estudantes o potencial para a ciência. Alguns meses de estudo e a dupla descobriu na seiva extraída da seringueira a melhor solução para concluir o experimento.

"Nosso trabalho é incentivar o jovem a buscar através da educação científica, o meio de sobrevivência e de contribuir com a sociedade", explica Emanuel Martins Leal, do projeto Cientista do Amanhã.

Ruan ficou tão empolgado que já faz novos planos para daqui a alguns anos. "Antes eu queria ser bombeiro, mas agora vejo que eu posso ser cientista, ninguém sabe, né?", confidencia. Orgulho da família

CONT.



Pai dos jovens, o lavrador Elias Gaia fala com orgulho sobre o futuro dos filhos. "Eu não meço esforços para chegar onde eles querem. E se Deus quiser, eles vão chegar mais longe ainda". Com o projeto, os irmãos ganharam um prêmio na escola, uma bolsa de iniciação científica e o passaporte para uma viagem inesquecível: a primeira de avião e para fora do Brasil.

"Senti um pouco de medo na hora de decolagem, mas depois acostumei", confidencia Ruan. Em abril deste ano, os irmãos Gaia participaram de uma exposição em Barcelona, na Espanha, que reúne as invenções de jovens cientistas de todo o mundo, e levaram consigo a invenção que veio da natureza. Elen conta que o maior desafio foi no momento da apresentação, toda feita em espanhol, nada de português.

"Mi nombre es Elen y ese es mi hermano Ruan. Para nosotros, que vivimos en la Amazonia, los ríos son esenciales para nuestra supervivencia", relembra.

Elen e Ruan já decidiram que vão continuar estudando para criar tecnologias que ajudem a facilitar a vida da população paraense e esperam, o quanto antes, ganhar o mundo outra vez.



Começa pré-matrícula de cursos do Pronatec Campo

SÍTIO PORTAL EBC, 20.01.2015

Podem participar agricultoras familiares, jovens, povos e comunidades tradicionais, assalariados e assentados da reforma agrária

Interessados em fazer curso técnico pelo Pronatec Campo já pode fazer pré-matrícula. Em todo Brasil, são oferecidas quase 35 mil vagas. Podem participar agricultoras familiares, jovens, povos e comunidades tradicionais, assalariados e assentados da reforma agrária. Para fazer a pré-matrícula os interessados devem procurar as delegacias do ministério do Desenvolvimento Agrário nos estados para saber os cursos ofertados e a disponibilidade de vagas.

Os cursos mais procurados são agricultor familiar, horticultor orgânico, agricultor orgânico, agente de desenvolvimento cooperativista, bovinocultor de leite, avicultor, fruticultor, auxiliar de agropecuária, piscicultor e preparador de doces e conservas.

Cada pessoa pode fazer por ano até três cursos de formação inicial e continuada, que tem carga horária mínima de 160 horas e duração mínima de dois meses. Já os cursos técnicos têm carga horária mínima de 800 horas e duração de um ano. O Pronatec Campo faz parte do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que integra o programa nacional de educação não campo do ministério da educação.

Confira, ainda, no Jornal da Amazônia 1ª Edição desta terça-feira (20), que estudantes de área de saúde de universidades públicas brasileiras, voluntários do projeto Rondon, levam atendimento médico gratuito para ribeirinhos da Ilha de Marajó, no Pará.

E mais: produtores rurais do Amazonas que tem interesse em fornecer alimentos para as escolas tem até o dia 26 de janeiro para fazerem o cadastro do Preme, o Programa de Regionalização da Merenda Escolar. O objetivo é atender a merenda escolar das redes municipal e estadual de ensino, seguindo metas do Programa Amazonas Rural. Em São Luís(MA), a prefeitura realiza a operação "Bota Fora" para combater o mosquito transmissor da dengue e da febre chikungunya.

Estiagem: Açude do Canto da Várzea está sem água em Pedro II

SÍTIO PORTAL ODIA.COM, 20.01.2015

Eudes Martins (eudesterro@hotmail.com).

Um dos mananciais mais importantes do município de Pedro II, o açude do Canto da Várzea, localizado no sertão pedrossegundense, está praticamente seco. A única água que ainda restou fica concentrada próximo ao maciço do açude.



Os moradores contam que desde a sua construção, na década de 70, o fenômeno ainda não tinha ocorrido. "Nunca tinha acontecido isso. É uma pena ver esse açude desse jeito. Só Deus mesmo pra salvar nossa fonte de água", conta esse casal que, segundo eles, tem no açude uma das únicas fontes de alimento.

O açude foi construído em 1974, graças ao empenho do saudoso deputado federal Milton Brandão. O açude do Seu Milton, como muitos denominam o manancial, fica localizado em uma região onde a escassez de água predomina e vinha sendo utilizado por pescadores que tiravam dali o sustento das suas famílias. A água também era utilizada pelos ribeirinhos para abastecer pequenos plantios para subsistência.

CONT.

Segundo o senhor Luis Mendes (75), à época um dos homens de confiança do deputado Milton Brandão, o açude foi concluído em dezembro de 1970. "E no primeiro inverno após a construção ele sangrou. Era muita água. O açude só baixou muito suas águas no ano de 1983, mas nunca tinha secado desse jeito", conta. "Ali, onde restou aquela poça de lama, foi descoberto um pequeno minadouro", emenda.



O açude foi construído em uma propriedade do deputado Milton Brandão, tem uma represa de aproximadamente 1 km e uma parede (maciço) de 60 metros de extensão. Durante a construção, parte da mão-de-obra era braçal e o complemento foi feito com máquinas do antigo DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas).

Milton Brandão nasceu em Pedro II, em 29 de julho de 1916, foi um agropecuarista e político brasileiro com atuação no Piauí, exerceu seis mandatos de deputado federal, eleito nas eleições de 1954, 1958, 1966, 1970, 1978, 1982. Também foi nomeado prefeito de Pedro II entre 1938 e 1945 e ainda foi eleito para um mandato de deputado estadual e vice-governador do Estado em 1950.

Hidrelétrica de Três Marias pode ser desligada para garantir água às comunidades locais

SÍTIO EM.COM, 20.01.2015

Em 19 de janeiro de 2014, o reservatório estava com 28,41% do volume útil. Nível da represa no São Francisco hoje é de 10,47%



Com situação crítica da hidrelétrica, poderá haver restrição na captação na bacia do Velho Chico

Depois de dois anos de volumes muito abaixo da média histórica, a retomada das chuvas no período úmido de outubro a março era a ação estratégica para aliviar os conflitos por uso da água em 2015. Faltou combinar com São Pedro. Diante do agravamento da crise hídrica em Minas Gerais, a Prefeitura de Pirapora, no Norte do estado, pretende entrar com pedido para interromper a geração da Usina Hidrelétrica de Três Marias, no Rio São Francisco. A intenção é garantir o fornecimento ao município no segundo semestre. A discussão sobre o uso das outorgas na região também deve entrar em pauta ao longo do ano, segundo o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), podendo haver restrição na captação por importantes setores da atividade econômica, dos pequenos produtores rurais às indústrias. Um dos segmentos afetados é de produtores e exportadores de frutas do Projeto Jaíba, no Norte de Minas.

CONT.



Dezembro teve índices de chuvas inferiores ao esperado; enquanto janeiro caminha para as médias mais baixas da história. Com as poucas águas de dezembro e janeiro, a represa de Três Marias é uma das mais afetadas em Minas, principalmente devido à função que o Rio São Francisco desempenha no abastecimento e fornecimento de água para variados personagens nas comunidades que corta. O volume está muito abaixo do nível registrado em igual período do ano passado. Em 19 de janeiro de 2014, o reservatório estava com 28,41% do volume útil, com vazão afluente de 345 metros cúbicos por segundo. Neste ano, o volume estava, ontem, em 10,47%, enquanto a vazão perfazia 108 metros cúbicos por segundo.

“A crise pode ser ainda mais dramática neste ano. Um plano B já deveria ter sido idealizado. Já é hora de encarar 2015 como um ano mais desfavorável”, alerta o presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, Anivaldo Miranda. Entre as medidas cabíveis, segundo ele, está o estudo de uma forma de acesso ao volume morto da represa, que representa 30% do total, mas não pode ser usado por falha no projeto da usina. A saída indicada, nesse caso, seria a desativação de uma das seis turbinas.

Outra possibilidade cogitada pelo presidente do CBHSF é a elaboração de um levantamento para avaliar a restrição de outorgas de captação de água. Agricultores, indústria e outros setores poderiam ser forçados a reduzir o volume retirado do leito do rio. “Todos perdem um pouco para não perdermos ainda mais na frente”, resume. Pelo Plano Nacional de Recursos Hídricos, “em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais”, diz trecho da Lei Federal 9.433.

Antes mesmo do fim do período úmido, o prefeito de Pirapora, Heliomar Valle da Silveira, deve encaminhar ao Operado Nacional do Sistema Elétrico (ONS) pedido para interrupção da geração de energia em Três Marias. A proposta é usar o reservatório apenas para administrar a vazão. Com a vazão defluente em 120 metros cúbicos por segundo, o fornecimento de água para o projeto Jaíba e outras atividades econômicas nos municípios ribeirinhos situados à jusante da represa fica comprometido. “Se não for mantida a água, devemos ter um período caótico de seca. Contamos com a sensibilidade do ONS”, afirma o prefeito.

Nos meses de janeiro, a média histórica da vazão da represa de Três Marias é de 1.473 metros cúbicos por segundo, mas, atualmente, está pouco acima de 200 metros cúbicos por segundo. A projeção da Companhia Energética do Estado de Minas Gerais (Cemig) é que até o fim do mês ela atinja 25%, ficando a média mensal em 340 metros cúbicos por segundo. Com a vazão defluente no menor patamar da história, mesmo a pouca entrada de água tem permitido a represa ganhar ou pelo menos manter o volume desde o início do mês. Situação crítica, tendo em vista que dezembro e janeiro são os dois períodos com maior média pluviométrica do ano, o que deveria significar forte elevação do volume. “A condição de enchimento pleno não vai ocorrer. Seriam necessárias vazões mais altas”, afirma o engenheiro de Planejamento do Sistema Elétrico da Cemig, Ivan Carneiro.

Expectativa frustrada

A Cemig trabalha com a previsão de chuvas próximo da margem da média histórica em

CONT.



fevereiro e março. Mas, mesmo com as precipitações perto da média, a vazão considera a situação atual do curso d'água e da represa. Com isso, as vazões ficariam em 60% e entre 65% e 70% da média, respectivamente. Estudos da estatal indicavam até o mês passado que ao fim do período chuvoso, em março, a represa de Três Marias estaria com 60% do volume útil. O resultado era obtido em 70% das simulações.

Tais números só podem ser confirmados com previsões feitas em datas mais próximas. Neste mês, por exemplo, choveu abaixo do esperado. "Previsão se faz para períodos mais curtos", diz Carneiro. A concessionária não descarta até mesmo rediscutir com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Agência Nacional das Águas (ANA) e demais entidades envolvidas a redução da vazão defluente caso as projeções indiquem níveis de chuva inferiores no restante do período chuvoso.

Relatório da ONS referente à operação mensal corrobora o indicativo da Cemig. "Em função das condições de afluência e armazenamento extremamente desfavoráveis, a defluência mínima de Três Marias foi flexibilizada, para minimizar a utilização dos estoques armazenados em seu reservatório", diz trecho do documento. Em seguida, o texto conclui que "estudos indicam a necessidade de implementar redução adicional em sua defluência para garantir estoques que a usina deflúa e vazões que assegurem condições de captação para abastecimento nas cidades a jusante", conclui.

O presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF), Anivaldo Miranda, afirma que os órgãos responsáveis pela gestão do Rio São Francisco "apostaram todas as fichas no período úmido" para recuperar o nível da bacia em desacordo com os alertas do comitê. Segundo ele, dois fatores deveriam ter sido considerados: para se alcançar novamente o nível ideal é preciso de anos hidrológicos muito favoráveis e, em meados de 2014, já havia estudos alertando que o período chuvoso não seria tão favorável, diz Miranda.

RIO GRANDE

Na usina de Camargos, no Rio Grande, a redução do nível de geração associado à baixa da vazão defluente permitiu a recuperação do volume da barragem. Em novembro, a represa ficou com apenas 0,7% do volume útil. Com as medidas, a unidade está com 22% do total. Atualmente a hidrelétrica tem gerado somente 8,5 megawatt. Sem chuvas e com forte calor, a vazão afluente está em patamar próximo ao da defluente. "A tendência é voltar a perder nível nas próximas semanas", afirma o engenheiro da Cemig de Planejamento do Sistema Elétrico da Cemig, Ivan Carneiro.



Campos, RJ, destina recursos para pagamento de pescadores no defeso

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 20.01.2015

*Prefeitura divulgou que destinou verba dos recursos dos royalties.
Objetivo é garantir o sustento das famílias de pescadores.*

A prefeitura de Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense, divulgou nesta terça-feira (20), que liberou R\$ 514.040,00 mil em recursos dos royalties do petróleo para o pagamento dos dois primeiros meses do Defeso Municipal de Água Doce, beneficiando trabalhadores da pesca artesanal. Segundo a prefeitura, o objetivo é garantir o sustento das famílias de pescadores, durante o período de proibição da pesca em rios, lagos e lagoas, de novembro a fevereiro.



Rio Paraíba do Sul em Campos, RJ
(Foto: Divulgação/Prefeitura de Campos)

“São pescadores artesanais, que trabalham por conta própria ou em regime de economia familiar, cadastrados nas associações e colônias de pescadores do município e que, diante da proibição de exercer suas atividades no período de reprodução de algumas espécies, entram em situação de risco social, decorrente da repentina ausência de renda”, explicou o secretário da Família e Assistência Social, Geraldo Venâncio.

Vargas: Governo é contra a PEC 215 e Kátia não participa do debate

SÍTIO PORTAL VERMELHO, 20.01.2015

O ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Pepe Vargas, manifestou nesta terça-feira (20) a posição contrária do governo à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000, que transfere para o Legislativo a prerrogativa de demarcação de terras indígenas.



Pepe Vargas é ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais

Vargas também afirmou que, como o assunto passa por órgãos como o Ministério da Justiça, Fundação Nacional do Índio e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a ministra da Agricultura, Kátia Abreu, não deve participar do debate.

“Como ministra, Kátia Abreu não deverá se manifestar em torno dessas questões”, afirmou o ministro. Segundo ele, há diferenças na atuação da ministra como líder sindical e ministra de Estado. “A ministra é uma mulher inteligente, grande liderança no Senado. Com certeza, ela sabe as funções do seu ministério”, declarou, durante café da manhã com jornalistas.

A proposta é objeto de polêmica entre grupos ligados aos direitos indígenas e produtores rurais, o que impediu a votação do tema em uma comissão especial no fim de 2014. Este ano, a PEC deve ser desarquivada.

Pepe Vargas disse, ainda, que a proposta “não ajuda a criar um ambiente que diminua conflitos”. Antes, o governo já havia se posicionado contrariamente à PEC. “Achamos que o processo que trata dos direitos territoriais das comunidades tradicionais está devidamente regulamentado em lei. A demarcação é ato administrativo, que invadiria, se o Legislativo quisesse entrar nisso, uma prerrogativa do Poder Executivo”, concluiu.

Fonte: Agência Brasil.



Os índios Tupinambá e a cobertura enviesada

SÍTIO OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 20.01.2015

Por Daniela Fernandes Alarcon e Patrícia Navarro de Almeida Couto em 25/03/2014 na edição 791

Em 26 de fevereiro último, o Jornal da Band veiculou uma reportagem denunciando a “fraude que criou uma tribo de falsos índios”, dando origem à Terra Indígena (TI) Tupinambá de Olivença, no sul da Bahia. Numerosos dados equivocados foram apresentados na matéria, que sustenta, por exemplo, que a Constituição Federal proíbe a “ampliação de áreas indígenas” – como se sabe, a lei maior determina o reconhecimento pelo Estado dos direitos territoriais indígenas. Nenhum índio foi ouvido pela reportagem; dos sete entrevistados, ao menos três são pretensos proprietários de áreas no interior da TI, o que não é informado aos espectadores. Chega-se a insinuar que um criminoso colombiano estaria “por trás” da mobilização indígena pela demarcação de seu território, em uma conspiração internacional para arrebatar terras a produtores rurais brasileiros.

A reportagem enviesada debruça-se sobre um contexto de intenso conflito territorial e de violência contra os Tupinambá. Em 28 de janeiro de 2014, agentes da Força Nacional de Segurança Pública e da Polícia Federal instalaram uma base policial na aldeia Serra do Padeiro, no interior da TI. Com isso, tratavam de consolidar sua presença na área – onde atuavam desde agosto do ano anterior, por determinação do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo –, dando início à ocupação militar permanente do território indígena. No mês seguinte, cerca de 500 soldados do Exército deslocaram-se à região, por ordem da presidenta Dilma Rousseff, para “garantir a lei e a ordem”, “pacificando” as relações entre indígenas e não-índios contrários à demarcação da TI. Os indígenas passaram a ser vigiados ostensivamente e tiveram lugar ações de reintegração de posse violentas.

Na tarde de 8 de novembro de 2013, três indígenas do povo Tupinambá foram assassinados em uma emboscada, no interior da TI. As vítimas – Aurino Santos Calazans (31 anos), Agenor Monteiro de Souza (30 anos) e Ademilson Vieira dos Santos (36) – foram atacadas a tiros e golpes de facão por quatro homens, que se aproximaram em duas motocicletas. A esposa de Aurino também estava no local, mas conseguiu escapar. Ela descreveu um ataque brutal. Um dos indígenas foi encontrado quase decepado, apresentando sinais de tortura (foi chicoteado) e muitos ferimentos provocados por facão.

Desde o início dos anos 2000, os Tupinambá vêm demandando do Estado brasileiro o reconhecimento das terras que tradicionalmente ocupam e, por meio de ações conhecidas como “retomadas de terras”, vêm tratando de recuperar as áreas que lhes foram tomadas. A

CONT.



penetração massiva de não-indígenas no território Tupinambá teve início no final do século 19, quando a região tornou-se a principal fronteira agrícola do estado da Bahia, com o estabelecimento da cultura do cacau. Entre os anos de 1920 e 1940, esse processo se intensificou. Os indígenas que não migraram para as zonas urbanas mantiveram-se em pedaços de terra muito diminutos ou passaram a trabalhar em fazendas de cacau, em condições extremamente precárias, em alguns casos, inclusive como mão-de-obra escrava.

O processo de identificação da TI Tupinambá de Olivença – que se estende por porções dos municípios de Buerarema, Ilhéus e Una, e onde vivem cerca de 4.700 indígenas, segundo dados da Fundação Nacional de Saúde para 2009 –, teve início em 2004, como resultado de prolongada pressão por parte dos indígenas. Cinco anos depois, a Fundação Nacional do Índio delimitou a TI em cerca de 47 mil hectares. Descumprindo os prazos estabelecidos pelo Decreto 1.775/96, o ministro da Justiça ainda não assinou a portaria declaratória da TI, para que o processo então se encaminhe para as etapas finais. Em razão da omissão governamental, o conflito se acirrou. Em 14 de agosto último, um veículo que transportava estudantes indígenas foi alvejado, em uma emboscada, deixando dois jovens feridos. Nas semanas subsequentes, veículos de órgãos públicos e casas de indígenas foram incendiadas, em protesto contra a demarcação.

Pouco mais de dois meses antes dos assassinatos dos três Tupinambá, referido acima, editorial do jornal A Região, de Itabuna, publicado em 31 de agosto, arremetia contra o reconhecimento dos direitos territoriais dos índios: demarcar a TI equivaleria a “entregar 30% do território de Ilhéus a malandros que nunca foram índios”. “Nem é preciso olhar muito para ver que a maioria dos que se dizem tupinambá não tem qualquer característica física de índio. O chefe do bando, por exemplo, Babau, está mais para vocalista do Olodum que para cacique indígena. Posso dizer que sou mais índio que ele.” Nessa passagem, o editorialista refere-se a Rosivaldo Ferreira da Silva (Babau), um dos caciques Tupinambá, e alude ao fenótipo de parte dessa população – decorrente de seu prolongado contato com a sociedade envolvente e dos muitos casamentos interétnicos ocorridos na região – para negar a identidade étnica dos Tupinambá.

Após descrever o que seria a dramática situação dos pretensos proprietários de terras da região – vítimas da “justiça caolha”, da “suspeita Funai” e do “governo esquerdóide Dilma” –, o autor conclui, com a mesma frase da manchete: “Só restam as armas”. Na mesma época, um outdoor instalado na região acusava os índios de “genocídio” e trazia a imagem de dois homens sem rosto apontando armas, acima dos dizeres: “Responda governador antes que seja tarde demais”. Como se verá, a criminalização dos Tupinambá pela imprensa deita raízes no passado – remontando a um episódio de resistência indígena ocorrido nas décadas de 1920 e 1930 – e, contemporaneamente, tem implicações diretas no processo de demarcação.

Flagelo perturbador da ordem pública

“Criminoso perigosíssimo e hediondo”, “facínora”, “repelente criminoso”, “o terror de

CONT.



Oliveira”, “truculento cafuzo”, “bandido” e “bandoleiro”. Essas foram algumas das expressões utilizadas por João da Silva Campos, autor da Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus (escrita entre os anos de 1936 e 1937, e publicada em 1947), para se referir ao indígena Marcellino José Alves, principal personagem do que ficou conhecido como a “revolta do caboclo Marcellino”. Entre os últimos anos da década de 1920 e o final da década de 1930, com o intuito de barrar o avanço dos não-índios sobre as terras tradicionalmente ocupadas pelos Tupinambá, Marcellino organizou a resistência indígena e, em decorrência disso, foi perseguido e preso em diferentes ocasiões.

Na época, teve lugar uma intensa campanha de criminalização contra os indígenas levantados, operada em grande parte pela imprensa regional. Em 1929, os jornais de Ilhéus começaram a noticiar, de forma sensacionalista e tendenciosa, supostos atos de vandalismo que estariam sendo praticados por Marcellino e seus companheiros. As denúncias eram unilateralmente apoiadas em relatos de fazendeiros, sustentando que os indígenas estariam percorrendo a região incendiando fazendas, destruindo plantações e disseminando o terror entre os pacatos moradores da área.

Ainda em 1929, foi noticiada a primeira prisão de Marcellino, acusado, entre outros crimes, de assassinato. A 5 de novembro, lia-se no Correio de Ilhéus: “Comunicam-nos de Oliveira que acaba de ser preso pela polícia e paisanos o caboclo Marcellino pronunciado por crime de morte e que ali estava cometendo grandes depredações auxiliado por irmãos e outros caboclos. Este criminoso constituiu-se um permanente flagelo e perturbador da ordem pública. (...) É uma notícia que vai alegrar a todos que tinham conhecimento dos desatinos praticados pelo bandido (...)” (português atualizado).

Frequentemente, Marcellino era comparado ao célebre bandido social Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, que “aterrorizava” os sertões nordestinos. Tornou-se, também ele, um famigerado, realizador de inigualáveis “façanhas criminosas”, como se lê no Diário da Tarde, também de Ilhéus, na edição de 10 de junho de 1936. Na mesma matéria, Marcellino é referido como o “homem que se fez bugre”, construção discursiva que busca enquadrá-lo em um “estágio evolutivo” atrasado. “Bugre”, neste caso, figura como termo análogo a expressões como “índio selvagem” ou “gentio bravo”, frequentemente mencionadas em documentos do século XIX para designar a “praga” que infestava as matas do sul da Bahia: as “hordas indígenas” que, resistindo a ingressar no “grêmio da civilização”, impunham óbices ao “desenvolvimento” da região.

Nesse quadro, eram constantes os alarmes falsos alardeando a captura e a morte de Marcellino. Os boatos fervilhavam, alimentados pela pródiga cobertura jornalística, que, de tempos em tempos, anunciava eminentes “invasões” de Marcellino e seu “bando” à vila de Oliveira. Em 16 de janeiro de 1936, o Diário da Tarde referiu-se a um desses boatos, endossando-o: “Circulou ontem na cidade, quando se realizava o pleito municipal, uma notícia alarmante. O caboclo Marcellino, o já bastante famoso ‘homem que se fez bugre’, aproveitando o fato de estar Oliveira desguarnecida, com a vinda para o Pontal [de Ilhéus] de muitos cidadãos eleitores, ameaçava assaltar aquela localidade”.

CONT.



O indígena era associado agora não apenas a Lampião, mas também ao líder comunista Luís Carlos Prestes, no contexto da repressão à “ameaça vermelha”. Em 1937, Marcellino e ao menos mais três indígenas, ao lado de alguns não-índios, foram indiciados como comunistas. Enviado ao Rio de Janeiro, foi condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional, mas libertado ainda no mesmo ano, por não ter culpa formalizada. Sabe-se que então retornou a Ilhéus e que uma autoridade policial local aconselhou-o a não permanecer na região, argumentando que sua vida corria perigo. É então que os arquivos silenciam sobre seu paradeiro.

Caboclos fantasiados de índios

Uma análise da cobertura midiática da disputa contemporânea em torno do território Tupinambá indica que a ampla maioria das peças jornalísticas alinha-se com a perspectiva de sujeitos e grupos contrários à demarcação, reverberando seus discursos. Nesse contexto, a produção jornalística vem sendo acionada inclusive por juízes, em suas decisões, para “comprovar” práticas delituosas atribuídas aos índios. Ao conceder liminar de interdito proibitório a um fazendeiro em face dos Tupinambá, em 2006, uma juíza federal em Ilhéus justificava que as “ameaças” de que eram acusados os indígenas constituíam “fato notório, conforme amplamente divulgado recentemente na imprensa escrita, falada e televisionada”.

Jornais como Agora e A Região, de Itabuna, trazem reportagens claramente editorializadas – não é difícil encontrar em seus textos afirmações preconceituosas em relação aos indígenas e se notam, também, procedimentos como a veiculação de informações não checadas. Em 27 de fevereiro de 2010, A Região falava em “bandidos que se dizem índios” e “caboclos fantasiados de índios”. Já em 11 de março, quando o cacique Babau foi ilegalmente preso, o jornal comemorou: “Foi de alívio o clima no sul da Bahia, ao receber a notícia de que o suposto cacique Babau (...) foi preso (...). Ele estava sendo caçado desde agosto do ano passado”.

Emissoras de rádio têm sido ainda mais virulentas. Rivamar Mesquita, apresentador do programa Novo Amanhecer, da Rádio Jornal, de Itabuna, sugeriu a realização de emboscadas contra os índios, conforme se lê em documento da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia datado de 2010. Notícias atacando os indígenas são constantemente veiculadas também pela rádio Sideral, de Buerarema – cujo diretor, Carlos Freitas, tomou posse em 19 de dezembro último como um dos diretores da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias. No site da emissora, notas aludem aos “supostos índios” e às “barbaridades” que teriam sido por eles cometidas.

No que diz respeito à imprensa de circulação nacional, duas reportagens tornaram-se notórias, pela profusão de erros factuais e afirmações preconceituosas: “O Lampião tupinambá”, publicada pela revista Época em 2009, e “A farra da antropologia oportunista”, publicada pela revista Veja em 2010. Na última, os índios da Serra do Padeiro são referidos como “neotupinambás” e como “os novos canibais”. Em 17 de julho de 2010, o ex-diretor de redação da Época, Paulo Moreira Leite, publicou no portal da revista na internet uma inventiva nota afirmando que estava em elaboração, pela Funai, um decreto anulando a demarcação da TI,

CONT.



após o órgão haver constatado “que os estudos antropológicos que identificam as terras como sendo dos tupinambás eram grosseiramente falsificados”. O texto dizia ainda que o cacique Babau estava prestes a perder “sua carteira de identidade indígena”. Como se sabe, nada disso ocorreu – e, se houvesse ocorrido, tratar-se-ia de violações grosseiras ao ordenamento jurídico brasileiro.

Demarcação traumática

Para indicar alguns mecanismos manipulatórios adotados pela imprensa, interessa analisar a produção de um jornal de circulação estadual, A Tarde, de Salvador, no qual o engajamento com os setores contrários à demarcação é menos caricato, mas, ainda assim, evidente. Os textos caracterizam os índios de maneira preconceituosa – por exemplo, ao falar em “mestiços que se intitulam índios tupinambás” (26 de março de 2010). Fazendo as vezes de juiz, apresentam os indígenas como culpados de crimes ainda não julgados. Também veiculam as versões de fontes envolvidas no conflito como se fossem os fatos.

Em um exemplo claro de seu engajamento na disputa, em 14 de junho de 2009, A Tarde publicou reportagem em destaque (texto de página inteira, em um domingo) sobre a demarcação da TI Kiriri, no nordeste da Bahia. Tratava-se de uma matéria “fria” – para usar o jargão jornalístico, sem “gancho” a lhe atribuir atualidade e justificar sua publicação –, que cumpria um papel claro: indicar o caso Kiriri como um exemplo a ser evitado no sul da Bahia. Intitulada “Demarcação traumática”, a matéria trazia os seguintes dizeres, em destaque: “Caso de Banzaê expõe os riscos que rondam os municípios de Ilhéus, Buerarema e Una, no sul”.

“Ataque de índios deixa 4 feridos e 3 desaparecidos”, lê-se em manchete de A Tarde de 26 de fevereiro de 2010, em referência ao conflito ocorrido na fazenda Serra das Palmeiras nos dias 23 e 24 do mesmo mês, quando agentes da Polícia Federal e fazendeiros tentaram retirar à força os indígenas que estavam na área, que fora por eles retomada no dia 19. Como se vê, em lugar de atribuir as informações a fontes, o jornal afirma categoricamente. Já no corpo do texto, descobrimos que a informação baseia-se em relato de testemunha não identificada, que fala ainda em dois mortos. Apenas no último parágrafo o leitor é informado, a partir de declaração do delegado da Polícia Civil de Buerarema, sobre o fato de não terem sido registradas na polícia denúncias de morte ou desaparecimento. Além disso, a expressão “ataque de índios” é eficaz quando se trata de evocar construções históricas em torno da índole “selvagem” que, segundo certo pensamento, seria inerente aos indígenas.

Em reportagem de 27 de fevereiro, o jornal recua – mas não retifica o que escrevera na véspera – e fala em “pelo menos um desaparecido”. O “terror” vivido na mão dos índios ganha em densidade dramática: “Foi um massacre, uma carnificina. Fomos cercados pelos índios sem chance de defesa, estávamos despreparados. Nunca vi nada igual”, diz “um dos baleados”, que, conforme apurou o jornal junto a sua esposa, “teria sido atingido pelos disparos quando tentava dizer aos índios que se rendia” e sobreviveu “por milagre”. Ainda segundo a mulher,

CONT.



“mesmo à noite, o céu ficou claro com tantos tiros”. E o pior ainda estaria por vir, já que, segundo a reportagem, os índios ameaçavam “invadir” o centro de Buerarema – “ainda hoje”. Impossível não ouvir ecos, nesse episódio, do “medo” que tomou conta de Olivença em janeiro de 1936, quando correu o boato de que Marcellino “invadiria” a vila para expulsar os não-índios. Nos dois casos, os boatos foram suficientes para mobilizar as forças policiais.

Ao assumir como verdadeiras as declarações concedidas por fontes envolvidas no conflito, o jornal exime-se de apurar, a ponto de veicular informações jurídicas equivocadas, que poderiam ser facilmente verificadas. Em reportagem de 2 de março de 2010, noticiando a permanência dos índios na Serra das Palmeiras, A Tarde conversa com um fazendeiro e informa que o fazendeiro “mostrou o interdito proibitório, documento que proíbe a demarcação da terra”. Como se sabe, “proibir demarcações” não está no escopo deste instrumento jurídico, já que o Estatuto do Índio (Lei nº6.001/73) veda a utilização de interditos possessórios contra a demarcação de Terras Indígenas.

Oferecendo uma cobertura parcializada e discriminatória, os veículos de comunicação hegemônicos vêm contribuindo para a cristalização dos estereótipos sobre os povos indígenas no senso comum. Como se viu, têm se esforçado para definir a disputa fundiária em favor dos setores contrários à demarcação da TI Tupinambá de Olivença, perpetuando, assim, as violações historicamente cometidas contra o povo Tupinambá.

Daniela Fernandes Alarcon é jornalista (USP), mestre em Ciências Sociais (UnB) e pesquisadora associada ao Laboratório de Estudos e Pesquisas em Movimentos Indígenas, Políticas Indigenistas e Indigenismo (Laepi/UnB), desenvolveu pesquisa de mestrado acerca das retomadas de terras entre os Tupinambá da Serra do Padeiro, disponível aqui. Patrícia Navarro de Almeida Couto é mestre em Ciências Sociais, com concentração em Antropologia (UFBA), pesquisadora associada ao Programa de Pesquisas sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro (PINEB/UFBA) e professora no Departamento de Ciências Humanas e Filosofia (UEFS). Em sua pesquisa de mestrado (disponível aqui), investigou identidade e religiosidade dos Tupinambá da Serra do Padeiro.



Boletim de Notícias - Edição nº 10/ 2015

Brasília, 20 de janeiro de 2015.

Metodologia de criação de protocolo comunitário no Amapá é divulgada em cartilha SÍTIO PORTAL DO MEIO AMBIENTE, 20.01.2015

Protocolo Comunitário do Bailique é o primeiro do gênero no país; cartilha contém orientações para gestão territorial e manejo sustentável



Comunitários do Bailique são empoderados das decisões sobre seus conhecimentos e modo de vida.
Foto: Clarissa Bacellar/Portal Amazônia

MANAUS - A [cartilha 'Metodologia para Protocolos Comunitários'](#) é o resultado da criação do primeiro protocolo do gênero no Brasil. O 'manual', que descreve a metodologia do processo, reúne os dados e informações obtidos pela Rede Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) com 36 das 50 comunidades tradicionais que vivem no Arquipélago do Bailique, no Amapá. O projeto visa empoderar as comunidades para dialogar com agentes externos de forma consciente sobre conservação da biodiversidade, uso sustentável de recursos e repartição de benefícios.

O arquipélago está localizado à 200 quilômetros de Macapá e abriga oito ilhas com cerca de 10 mil habitantes. O protocolo foi criado inspirado em acordos internacionais, como a Convenção sobre Diversidade Biológica e o Protocolo de Nagoya (Japão) - não ratificado pelo Brasil -, com o intuito de garantir a defesa de direitos dessas comunidades.

CONT.



O projeto teve início em 2013 e é uma parceria entre Fundo Vale, Instituto Estadual de Florestas, Ministério do Meio Ambiente (DPG/SBF), AVINA, Regional Amapá GTA, Conselho Comunitário do Bailique e Colônia Z5 de Pescadores. Nos dias 27 e 28 de fevereiro acontece o próximo encontro do GTA com as comunidades do Bailique para dar início a implementação do protocolo, no terceiro Encontro - I Assembleia ordinária do Protocolo Comunitário.

Em entrevista ao Portal Amazônia, o presidente da Rede GTA, Rubens Gomes, explicou quais são os impactos locais e nacionais da criação deste protocolo. Confira:

O que representa para a população do Bailique a conclusão da criação deste documento?

Temos dois momentos: primeiro foi o desenvolvimento da metodologia para Protocolos Comunitários. Não sabíamos como fazê-lo. A única referência disponível até então era o protocolo Bio Cultural, desenvolvido pelas empresas usuárias de biodiversidade. Segundo, com a participação direta das comunidades foi possível o desenvolvimento desta metodologia, que foi sendo aplicada concomitantemente o que gerou o Protocolo Comunitário do Bailique, que é, um instrumento de gestão territorial, manejo e uso dos recursos naturais.

Esta ferramenta auxilia as comunidades a planejarem as melhores formas de usos dos recursos naturais, faz um levantamento de regras de uso e de convivência, verificação da situação dos estoques e da situação fundiária em que eles vivem, além do levantamento e reconhecimento dos conhecimentos tradicionais associados ao recursos genéticos das plantas medicinais da mata.

Outros valores estão agregados, como acesso as legislações e convenções internacionais, conceitos e definições, e das políticas públicas específicas para Povos e Comunidades Tradicionais.

Um dos primeiros resultados do Protocolo Comunitário é a demanda do Comitê Gestor ao Ministério Público Federal que fizesse um levantamento junto ao Incra, SPU e ao IMAP sobre a real situação fundiárias das comunidades tradicionais do Bailique e, ao mesmo tempo, o Comitê está em campo em processo de consulta nas unidades familiares para o levantamento junto a estas famílias de qual seria o modelo de regularização fundiária mais adequado.

Com este material disponível para o público, o que pode ser feito nacionalmente com o protocolo?

A Rede GTA tem um Acordo de Cooperação Técnica com Departamento de Patrimônio Genético/ Secretaria Biodiversidade e Floresta/ Ministério Meio Ambiente, o que poderá possibilitar a criação de uma estratégia para formação de multiplicadores para aplicação da Metodologia para Protocolo Comunitário em outras comunidades do Brasil. No mais, a Metodologia está disponível com uma referência para os movimentos sociais e para as organizações da sociedade civil.

CONT.



Na sua opinião, os avanços de proteção às comunidades tradicionais/indígenas tem merecido o devido destaque nos debates locais e nacionais?

Esse tema merece destaque, no entanto a grande mídia nacional não abre mais espaços para levar as informações à sociedade brasileira sobre os enormes impactos socioambientais dos programas de desenvolvimento ora adotado pelo governo e de alguns setores empresariais que cometem contra o ambiente e aos povos e comunidades tradicionais, cito, as grandes obras das Usinas Hidroelétricas na Amazônia. Todas sem consultar aos povos e comunidades tradicionais afetadas.

Vale salientar também que o Governo Federal perdeu uma grande oportunidade para promover a conservação da biodiversidade, a geração de riqueza por meio do uso sustentável dos recursos e o bem-estar dos povos e comunidades tradicionais, assim como, proteger os conhecimentos tradicionais associados aos recursos genéticos desses povos no Brasil. Sem consultar aos povos e comunidades tradicionais (consentimento livre, prévio e informando, garantido na Convenção 169, OIT) o governo federal encaminhou para o Congresso Nacional um projeto de lei sobre acesso ao patrimônio genético, conhecimentos tradicionais e repartição de benefícios. O Projeto de Lei (PL) 7735/14 não garante os nossos direitos, por isso, esperamos que esta nova legislatura retome o contato com os povos e comunidades tradicionais colocando em discussão ampla o referido PL, corrigindo assim as falhas estruturais e conceituais existentes. O PL tem a cara do usuário (empresas).

Como o GTA trabalhará agora no segundo e no último do projeto?

O Ano II está voltado primeiro para o diagnóstico produtivo, que dará às comunidades envolvidas com o Protocolo Comunitário clareza dos resultados da produção familiar: que se produz, como se produz, onde está o mercado, quem são os compradores, preço praticado, avaliar a qualidade e quantidade dos produtos, identificar os gargalos de escoamento da produção, identificar onde está a carência de assistência técnica governamental, fomento e de crédito. Assim como prospectar novos produtos, parceiros e mercado.

Com o resultado do Diagnóstico Produtivo é possível construir uma agenda positiva para melhorar, aprimorar e implantar as boas práticas de produção, de formação profissional, de manejos adequados para o desenvolvimento de tecnologias e inovações dos novos produtos da Sociobiodiversidade. Segundo, contribuir com a organização do Grupo de Conhecimentos Tradicionais (GTCT), composto por membros das comunidades, como parteiras, benzedeiros, ervaíras, raizeiras, puxadores, entre outros, com oficinas de formação para a identificação de plantas utilizadas para produção de remédios caseiros, avaliar o potencial de estoque de biodiversidade, técnicas de manipulação, secagem e armazenamento, dosagem, beneficiamento das sementes, horário de colheita, resgate do conhecimento e dos usos destes conhecimentos e trocas de experiências, além de identificar o potencial econômico.

Uma das demandas do GTCT é a criação das farmácias comunitárias para estimular o uso dos remédios caseiros nos postos de saúde devido a carência de medicamentos na região. Assim,

CONT.



como instrumento de proteção, o Protocolo Comunitário do Bailique está desenvolvendo a Farmacopéia do Bailique com o intuito de registrar e disponibilizar conhecimentos que facilitem uma interdependência social, cultural, ambiental e econômica que o remédio caseiro possui.

Diante dos resultados do primeiro levantamento das plantas, o Comitê Gestor, junto com parceiros, estão dando início ao estudo das potencialidades econômicas dos recursos naturais disponíveis na região. Na perspectiva de aprimorar os arranjos produtivos para a sustentabilidade, o Comitê Gestor e seus parceiros irão buscar a implantação das boas práticas socioambientais em todos os setores da produção familiar e coletivas das famílias envolvidas com Protocolo Comunitário do Bailique, preparando-as para a retomada do processo da Certificação Socioparticipativa (projeto desenvolvido pela Rede GTA em anos passados no Bailique), meta do projeto para o Ano III.

Fonte: Portal Amazônia.

União deve demarcar terras indígenas no Estado

SÍTIO CAPITAL NEWS, 20.01.2015

O Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul (MPF/MS) conseguiu determinação judicial para que a União demarque as terras indígenas e pague arrendamento aos fazendeiros que possuem áreas ocupadas por índios, em toda a região centro-sul do estado. O valor a ser pago deve ser o praticado pelo mercado. A medida vale também para as áreas que forem ocupadas após a decisão judicial da 2ª Vara da Justiça Federal de Dourados.



União deve demarcar terras indígenas e indenizar fazendeiros no Estado
Foto: MPF/MS

O pagamento deverá ser realizado até que a União "cumpra seu dever fundamental" de demarcar as terras indígenas no estado. O ministro da Justiça será intimado para o cumprimento da decisão em até 30 dias. Caso não o faça, o ministro poderá responder pelo crime de responsabilidade e haverá bloqueio, no orçamento da União, dos recursos necessários para pagar os fazendeiros prejudicados pelas ocupações.

A decisão foi tomada após o Ministério Público Federal executar judicialmente o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com a Fundação Nacional do Índio (Funai) em 2007, pelo qual a Fundação se comprometeu a demarcar as terras indígenas em MS até junho de 2009.

Em 2010, a Funai enviou ao MPF justificativa pelo descumprimento do acordo e apresentou novo cronograma para realizar os procedimentos demarcatórios, destacando que iria providenciar os recursos humanos e materiais necessários. Porém, até o momento, publicou apenas um dos diversos relatórios antropológicos pendentes. Diante do atraso, em 2011 o MPF executou judicialmente o TAC.

Prejuízo incalculável

Para o MPF, a situação de vulnerabilidade a que estão submetidos os indígenas "ocasiona prejuízos incalculáveis, com a perda de aspectos culturais e da própria vida de índios". Por outro lado, os proprietários de terras, legitimamente adquiridas e que podem vir a ser consideradas de ocupação tradicional indígena, "vivem uma situação de grave insegurança jurídica, com a desvalorização das áreas e a dificuldade de empreender atividades econômicas". A decisão afirma que a inércia da Funai e da União "demonstra desrespeito à Constituição, ao Ministério Público Federal, ao judiciário, mas, sobretudo, às populações indígenas do Brasil".

O TAC é um título executivo extrajudicial, instrumento utilizado pelo Ministério Público Federal

CONT.



para resolver um problema evitando o recurso à Justiça. Quando assinou o TAC, em 2007, a Funai reconheceu a omissão em relação à demarcação de terras indígenas no estado. Por isso, basta ao juiz receber a petição do MPF e ordenar sua execução, sem qualquer julgamento de mérito.

Muito índio, pouca terra

Mato Grosso do Sul tem a segunda maior população indígena do país, mais de 70 mil pessoas divididas em várias etnias. Apesar disso, somente 0,2% da área do estado é ocupada por terras indígenas. As áreas ocupadas pelas lavouras de soja (1.100.000 ha) e cana (425.000 ha) são, respectivamente, dez e trinta vezes maiores que a soma das terras ocupadas por índios em Mato Grosso do Sul. A taxa de de assassinatos entre os guarani - cem por cem mil habitantes - é quatro vezes maior que a média nacional, enquanto a média mundial é de 8,8. O índice de suicídios entre os guarani-kaioiwá é de 85 por cem mil pessoas. Em Dourados, há uma reserva com cerca de 3600 hectares, constituída na década de 1920. Existem ali duas aldeias - Jaguapiru e Bororó - com cerca de 14 mil indígenas. A densidade demográfica é de 0.3 hectares/pessoa. O procurador Marco Antonio Delfino de Almeida aponta que "esta condição demográfica é comparável a verdadeiro confinamento humano. Em espaços tão diminutos é impossível a reprodução da vida social, econômica e cultural.

Indenização a proprietários

Em 2013, após a morte do índio terena Oziel Gabriel - baleado durante ação policial para reintegração de posse da Fazenda Buriti, em Sidrolândia, a 70 quilômetros de Campo Grande (MS) -, o Ministério da Justiça montou grupos de trabalho para viabilizar solução aos conflitos indígenas no estado. Realizados estudos sobre o valor da terra, o grupo - composto por proprietários rurais, indígenas e membros do poder público -, apresentou proposta de compra da área da Terra Indígena Buriti, que abrange a Fazenda Buriti e outras áreas. O valor, R\$ 78 milhões, foi recusado por alguns proprietários e por isso o acordo não foi fechado. Nenhuma outra proposta foi apresentada. Enquanto isso, segue o conflito fundiário em Mato Grosso do Sul, considerado pelo MPF o mais grave do país.

Fonte: Taciane Peres - Capital News.



Pronatec Campo tem 35 mil vagas disponíveis para o primeiro semestre de 2015

SÍTIO CBN FOZ DO IGUAÇU, 20.01.2015

Agricultores e agricultoras familiares, jovens, povos e comunidades tradicionais, assalariados e assentados da reforma agrária já podem fazer a pré-matrícula para os cursos do Pronatec Campo, apoiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). São 34.934 vagas disponíveis para o primeiro semestre de 2015.

Os interessados devem procurar as delegacias do MDA para se informar sobre os cursos ofertados em seu estado, verificar disponibilidade de vaga para o semestre e efetuar a pré-matrícula. Os alunos poderão confirmar a matrícula, a partir do mês de março, nas unidades de ensino.

Dos 116 cursos de educação profissional e tecnológica, os que recebem mais demanda são: agricultor familiar, horticultor orgânico, agricultor orgânico, agente de desenvolvimento cooperativista, bovinocultor de leite, avicultor, fruticultor, auxiliar de agropecuária, piscicultor e preparador de doces e conservas.

Movimentos sociais, delegacias do MDA, prefeituras, Institutos Federais estão em fase de organizar a execução dos cursos nos estados de todo o País.

O objetivo é fortalecer as capacidades produtivas e gerenciais no campo com ampla oferta de cursos para os diferentes públicos do meio rural. A metodologia do Programa intercala um período de convivência na sala de aula com outro no campo.

Programa

Cada pessoa pode fazer até três cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), por ano, e um curso técnico. Os cursos FIC servem para a qualificação profissional, conferem certificado de formação e são mais curtos, com duração mínima de 160 horas e dois meses.

Já os cursos técnicos conferem diploma aos alunos e possuem carga horária mínima de 800 horas e duração mínima de um ano, além da carga horária prevista para o estágio profissional supervisionado.

Se sobrar vagas, as turmas serão abertas para inscrição online e qualquer pessoa poderá se inscrever nas vagas remanescentes pelo portal do Pronatec do MEC, no prazo de dez dias antes do início do curso.

A iniciativa do Pronatec Campo integra o Programa Nacional de Educação no Campo (Pronacampo), do Ministério da Educação (MEC) e faz parte do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado em 2011.

CONT.



Balanço

Entre 2012 e 2014, foram mais de 27 mil matrículas efetivadas para 175 cursos do Pronatec Campo, formando cerca de 1.500 turmas de pessoas que se profissionalizaram para atender as demandas de trabalho no campo.

Vergonha: "Advocacia-Geral impede paralisação de obras da usina de São Manoel no Pará"

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.01.2015



A Advocacia-Geral da União (AGU) garantiu, na Justiça, a continuidade das obras de construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de São Manoel (PA). Os advogados públicos comprovaram que todos os trâmites legais exigidos para a implantação da UHE foram obedecidos pelos órgãos federais envolvidos no empreendimento e que a paralisação causaria prejuízo à sociedade.

A obra era questionada em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF). A construção chegou a ser suspensa por determinação judicial, com a concessão de liminar a pedido do MPF.

Mas a Procuradoria-Regional da União na 1ª Região (PRU1) e a Procuradoria-Regional Federal na 1ª Região (PRF1) apresentaram contestação e alertaram que a paralisação das obras implicaria prejuízos econômico e social.

"O custo incorrido com a contratação de disponibilidade de fontes térmicas a partir de Leilões A-3, em substituição à energia provida por São Manoel, seria de R\$ 549 milhões/ano", alertou a AGU.

Segundo os advogados públicos, até mesmo o Sistema Interligado Nacional poderia ser comprometido. Caso o início das atividades da usina fosse atrasado, o Estado seria obrigado a acionar as termelétricas, consideradas mais caras e poluentes.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 10/ 2015

Brasília, 20 de janeiro de 2015.

O argumento foi acolhido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que determinou a suspensão dos efeitos da liminar concedida ao MPF. A decisão lembrou que sentenças anteriores já haviam conferido legitimidade ao empreendimento e garantido a continuidade das obras.

A PRU1 é unidade da Procuradoria-Geral da União, e a PRF1 é unidade da Procuradoria-Geral Federal, ambos órgãos da AGU.

Ref.: Processo Originário nº 31442-65.2014.4.01.3900 – 9ª Vara da Seção Judiciária do Pará

Flávio Gusmão – AGU.